

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE



Painel Temático: Subsídios à Estratégia de Avaliação do PET-Saúde

Paulo Jannuzzi/ENCE-IBGE

Premissas Fundamentais

Nos últimos 7 anos, não foram só as Políticas Públicas desmanteladas, mas também perspectivas mais plurais e pospositivistas de Avaliação !

Políticas Públicas não são/não podem ser baseadas só em evidências !

Avaliação de Políticas Públicas não é/não pode ser entendida como campo autônomo, de aplicação de “técnicas neutras e instrumentais”, menos sujeitos a vieses valorativos da Análise de Políticas Públicas.

Às vezes, é melhor não dispor de uma avaliação se ela for mal orientada, mal acompanhada, mal executada, ainda que tenha sido realizada por uma instituição “reconhecida”.

Apresentação

Parte 1: Reflexões sobre a prática avaliativa para avaliações mais plurais e pospositivistas

1. O que entendemos sobre Política Pública ?
2. Em que quadra histórica estamos na construção do Estado de Bem-Estar ?
3. Por que avaliamos ? Para julgar ou para aperfeiçoar ?
4. Avaliação é puramente neutra e técnica ?
5. Seria a Eficiência o principal critério Avaliativo ?

Parte 2: Recomendações para uma prática avaliativa pospositivista

1. Avaliação de Políticas Públicas em perspectiva sistêmica
2. Políticas e programas demandam um Plano de Avaliação e Monitoramento
3. O Estudo de Avaliabilidade como etapa pré-avaliativa
4. As etapas de produção e disseminação da avaliação
5. As perguntas avaliativas dirigem a escolha da técnica, não o contrário

Reflexões sobre a prática avaliativa

#1: O que entendemos sobre Política Pública ?



#2: Em que quadra histórica estamos na construção do Estado de Bem-Estar ?

#3: Por que avaliamos ? Para julgar ou para aperfeiçoar ?

#4: Avaliação é puramente neutra e técnica ?

#5: Seria a Eficiência o principal critério Avaliativo ?

MAS O QUE É POLÍTICA PÚBLICA ?

No senso comum :

- PP como ações governamentais “voltadas para os pobres, para remediar as condições e vida daqueles que não conseguem se manter por si mesmos”.

Nos manuais da Economia Neoclássica:

PP constituem-se em um “mal necessário” para corrigir as falhas do mercado.

- Produção de serviços e bens não rivais e não excludentes – Iluminação Pública, por exemplo;
- Monopólio natural – Defesa Nacional, para citar o caso mais óbvio-,
- Externalidades negativas das atividades econômicas – mitigação dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas, entre outros.

MAS O QUE É POLÍTICA PÚBLICA ?

- Na Ciência Política e Administração Pública
 - “tudo o que o governo faz ou deixa de fazer”,
 - “diretrizes e ações voltadas a resolução de um problema coletivo”,
 - “fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” .
 - Medidas “para atuar sobre a fonte ou a causa de um determinado problema ou conjunto de problemas”, buscando solucioná-los ou minimizá-los;
 - “conjunto de intervenções e diretrizes emanadas de atores governamentais que visam tratar, ou não, problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos

MAS O QUE É POLÍTICA PÚBLICA ?

Uma definição instrumental sem perder sua dimensão política:

- Políticas Públicas como empreendimentos governamentais para
 - atendimento de demandas societárias normativamente reconhecidas – como o atendimento à saúde, serviços educacionais, por exemplo-,
 - para a promoção de objetivos coletivamente almejados – como redução da desigualdade, promoção da sustentabilidade ambiental etc-
 - e para a solução ou mitigação de uma problemática reconhecida como indesejável - como a fome, miséria, trabalho infantil, poluição ambiental entre tantas.

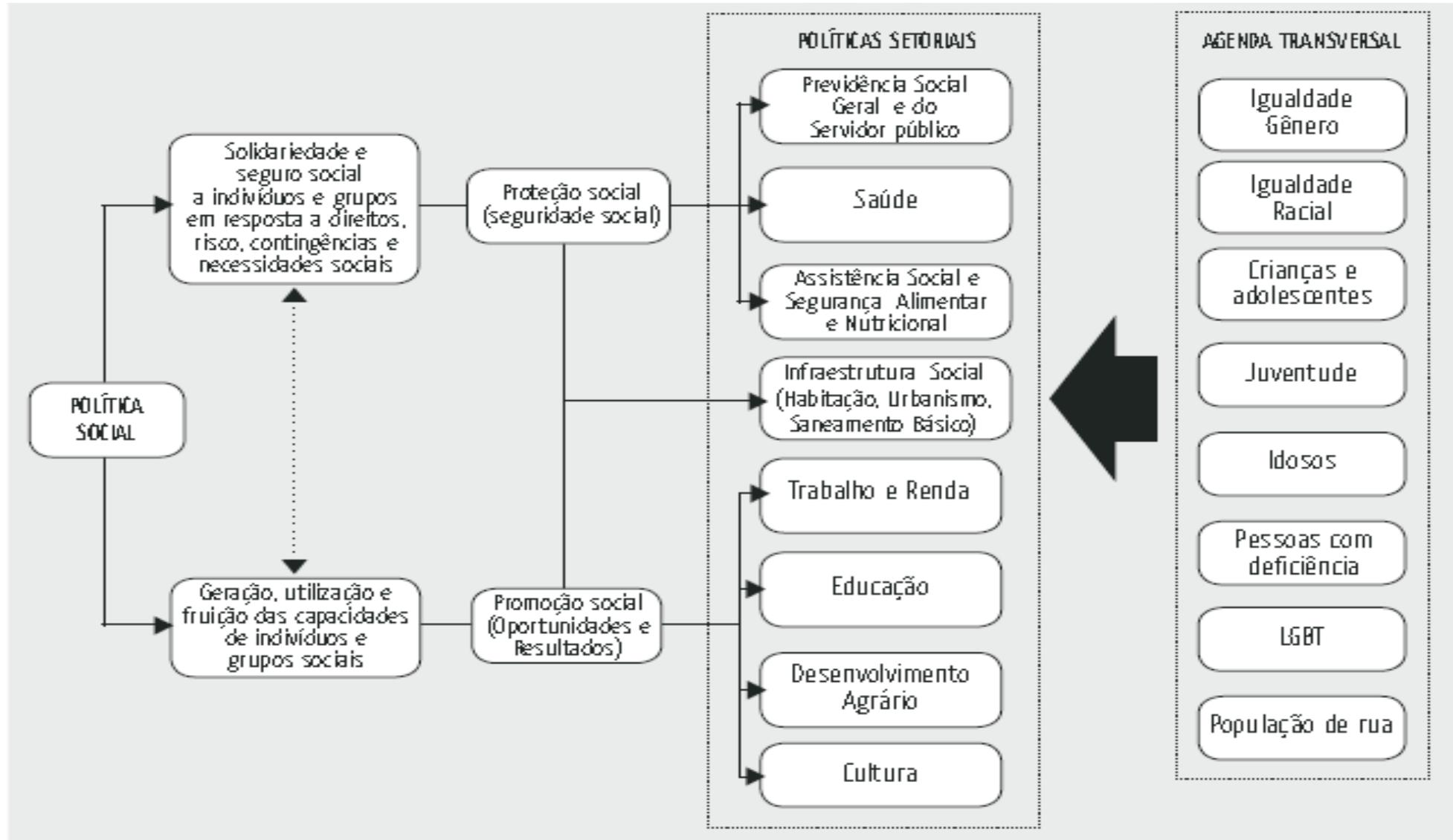
Política Pública é um desiderato civilizatório !!

Princípio republicano: Todos temos uma responsabilidade moral com a coletividade e com os demais, independente das pré-condições de nascimento, suas características e potenciais.

Reconhecendo que as pessoas não são responsáveis pelas diferenças inatas e de condições de nascença, ninguém deveria ser penalizado ou privilegiado por isso, levando-nos a promover justiça social pela distribuição de bem-estar que repararem essas diferenças de origem.

Justiça Distributiva (John Rawls)

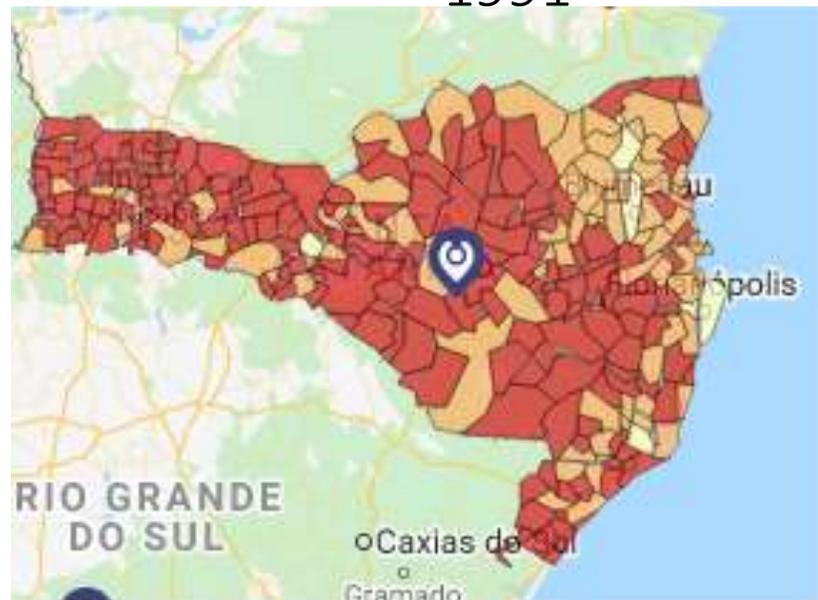
Desde a Constituição de 1988 e, em particular, após 2003, estrutura-se no Brasil um Sistema mais amplo em escopo e escala de políticas sociais, de cunho universal combinado com ações redistributivas (Universalismo com Equidade)



Os efeitos desse conjunto de políticas pode ser avaliado em várias dimensões, com seus efeitos integrados

IDH Santa Catarina

1991



2000



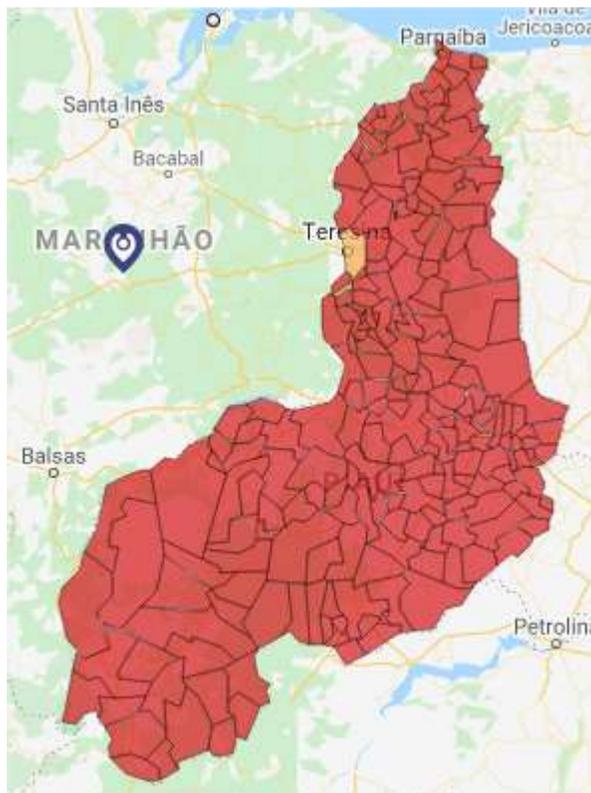
2010



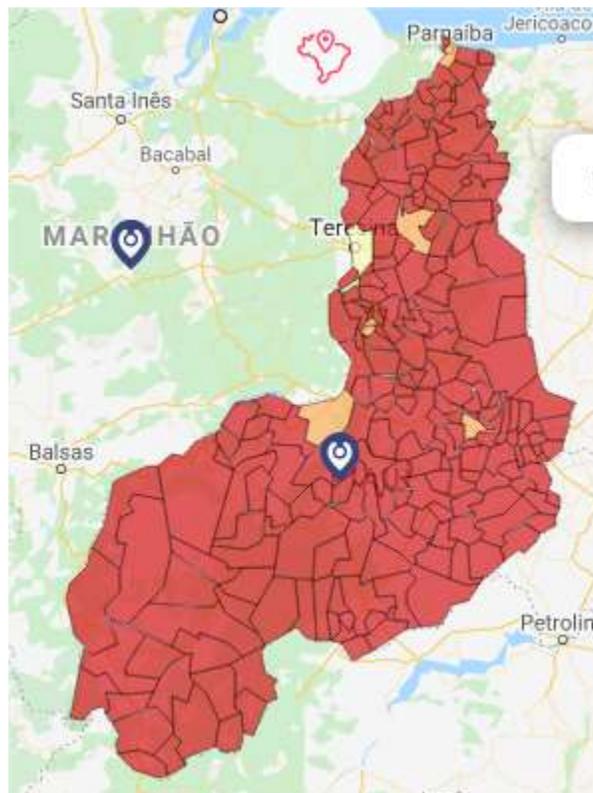
Os efeitos desse conjunto de políticas pode ser avaliado em várias dimensões, com seus efeitos integrados

IDH Piauí

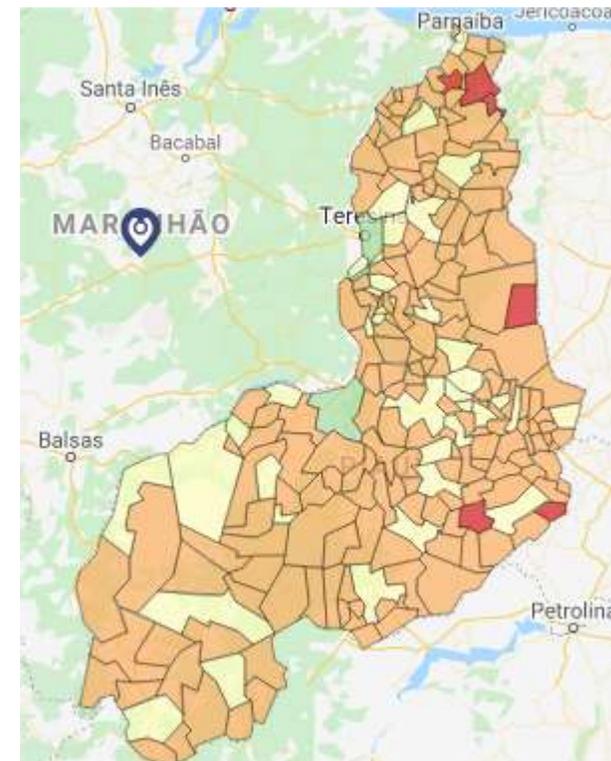
1991



2000



2010



Reflexões sobre a prática avaliativa

#1: O que entendemos sobre Política Pública ?

#2: Em que quadra histórica estamos na construção do Estado de Bem-Estar ?



#3: Por que avaliamos ? Para julgar ou para aperfeiçoar ?

#4: Avaliação é puramente neutra e técnica ?

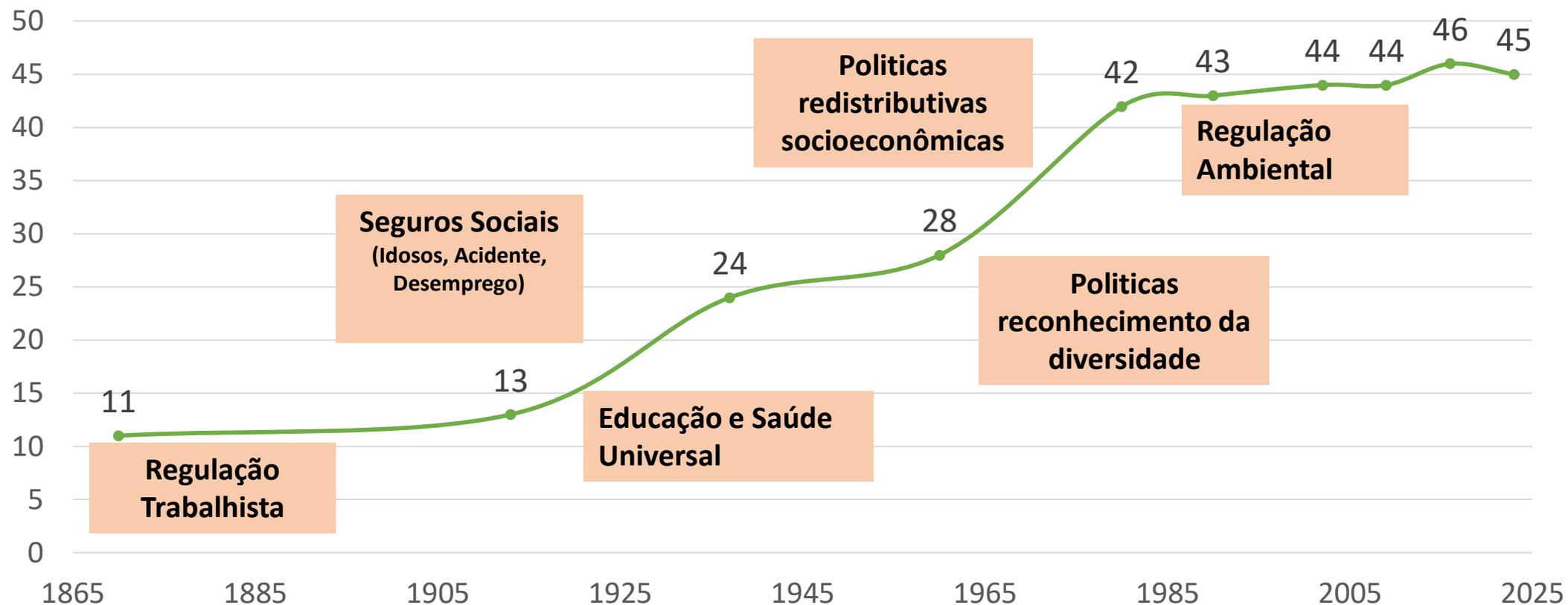
#5: Seria a Eficiência o principal critério Avaliativo ?

Breve existência das Políticas Públicas no Brasil

- Enquanto os países centrais constituíram suas Políticas Públicas em mais de 100 anos, o Brasil sequer teve metade do tempo para tanto.
- Uma parte muito expressiva das Políticas e programas sociais foram efetivamente criados nos últimos 25 anos, após a Constituição de 1988, estando pois em diferentes estágios de maturidade institucional
- A rapidez na estruturação das políticas acabou gerando muita fragmentação, sobreposição e disfuncionalidades intersetoriais e interfederativas

Políticas Públicas foram gradativamente sendo propostas ao longo dos séculos XIX e XX para atender demandas da sociedade

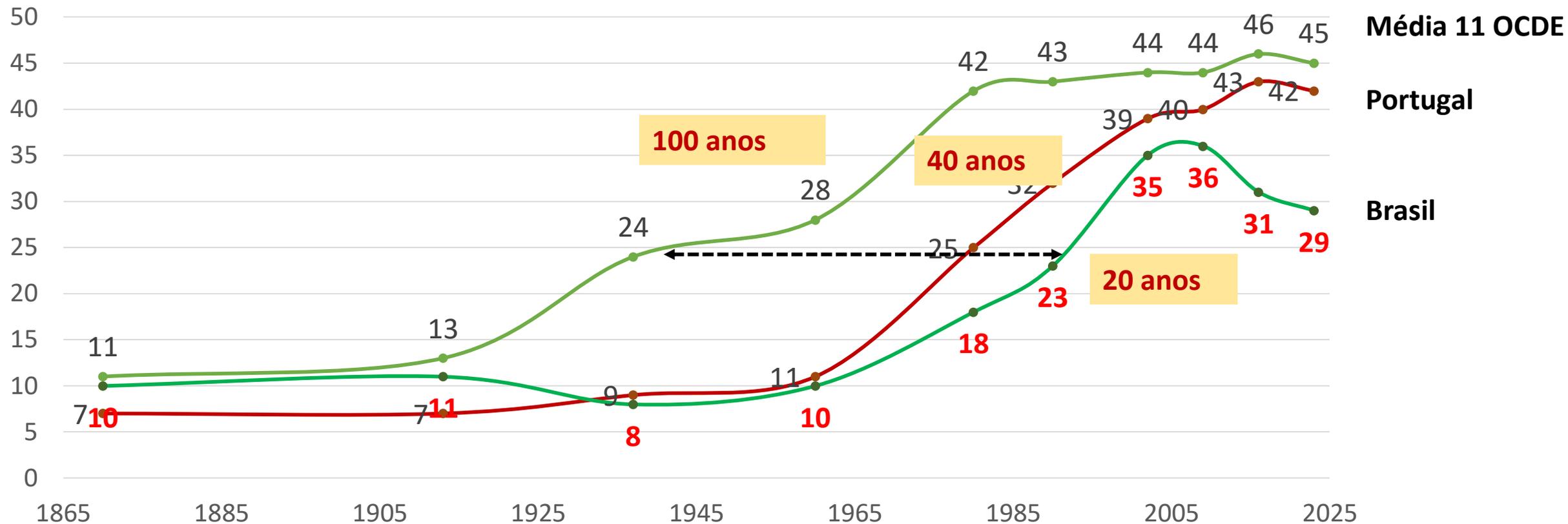
Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

Brasil e outros países da América Latina vieram trilhar esse caminho de construção do Estado de Bem-Estar em mais tarde

Carga Fiscal (% PIB) – 11 países mais desenvolvidos OCDE, Portugal e Brasil



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

Reflexões sobre a prática avaliativa

#1: O que entendemos sobre Política Pública ?

#2: Em que quadra histórica estamos na construção do Estado de Bem-Estar ?

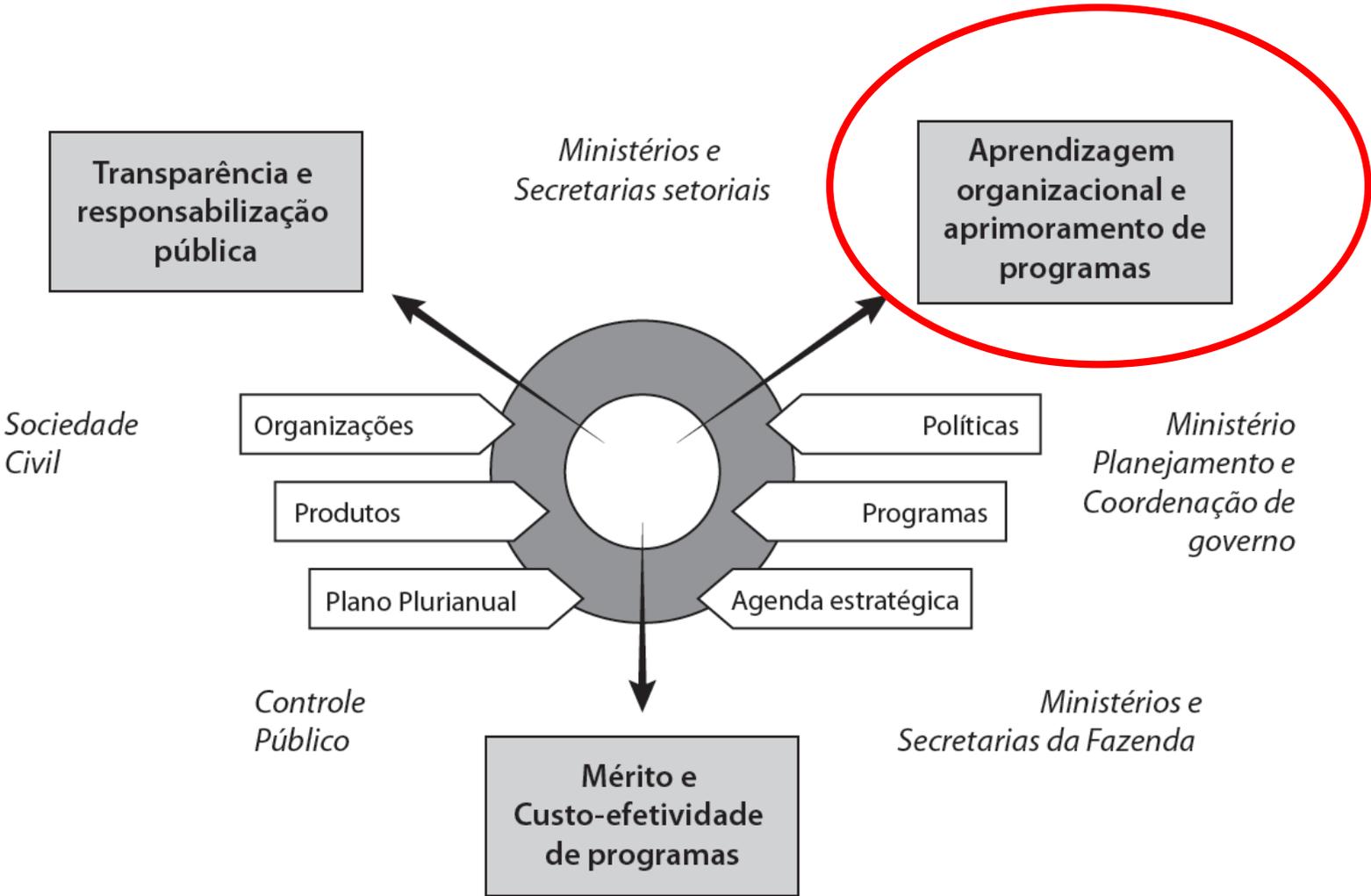
#3: Por que avaliamos ? Para julgar ou para aperfeiçoar ?



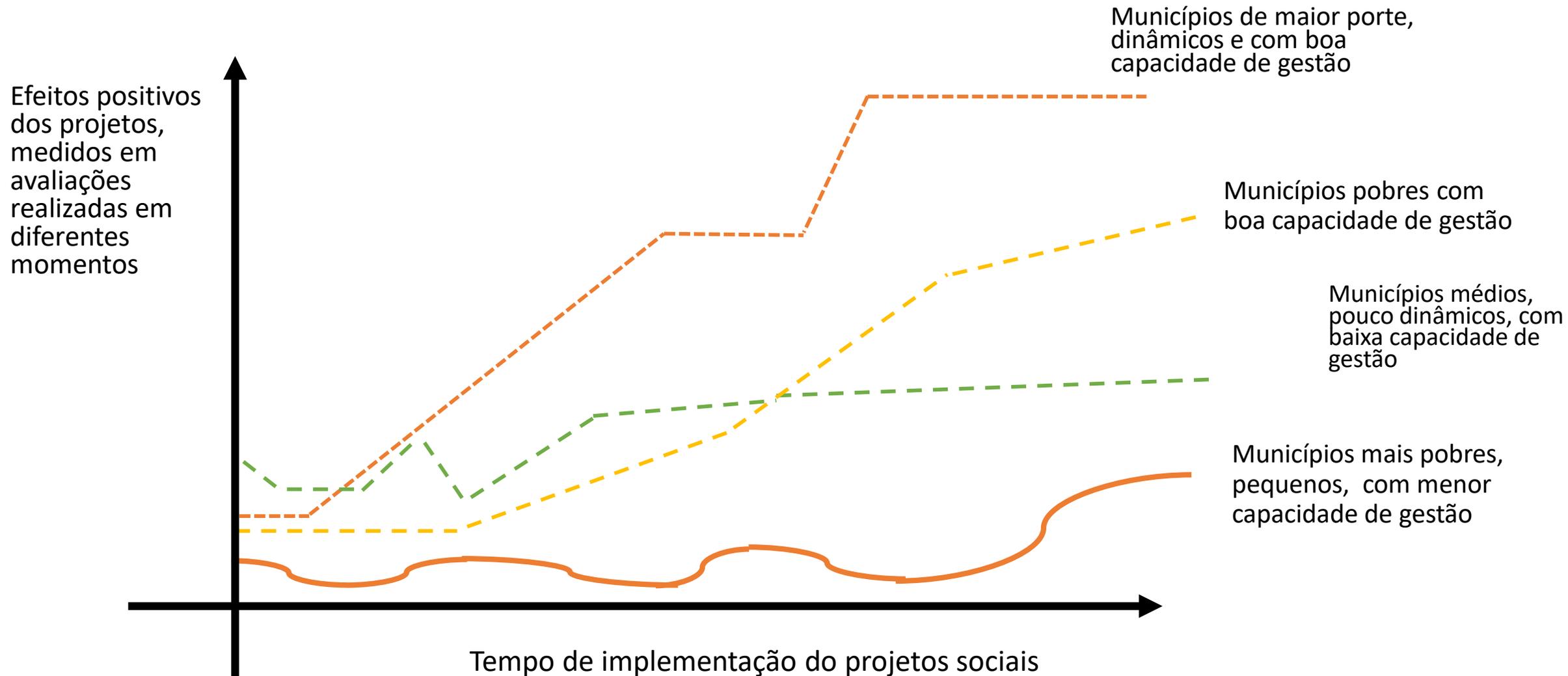
#4: Avaliação é puramente neutra e técnica ?

#5: Seria a Eficiência o principal critério Avaliativo ?

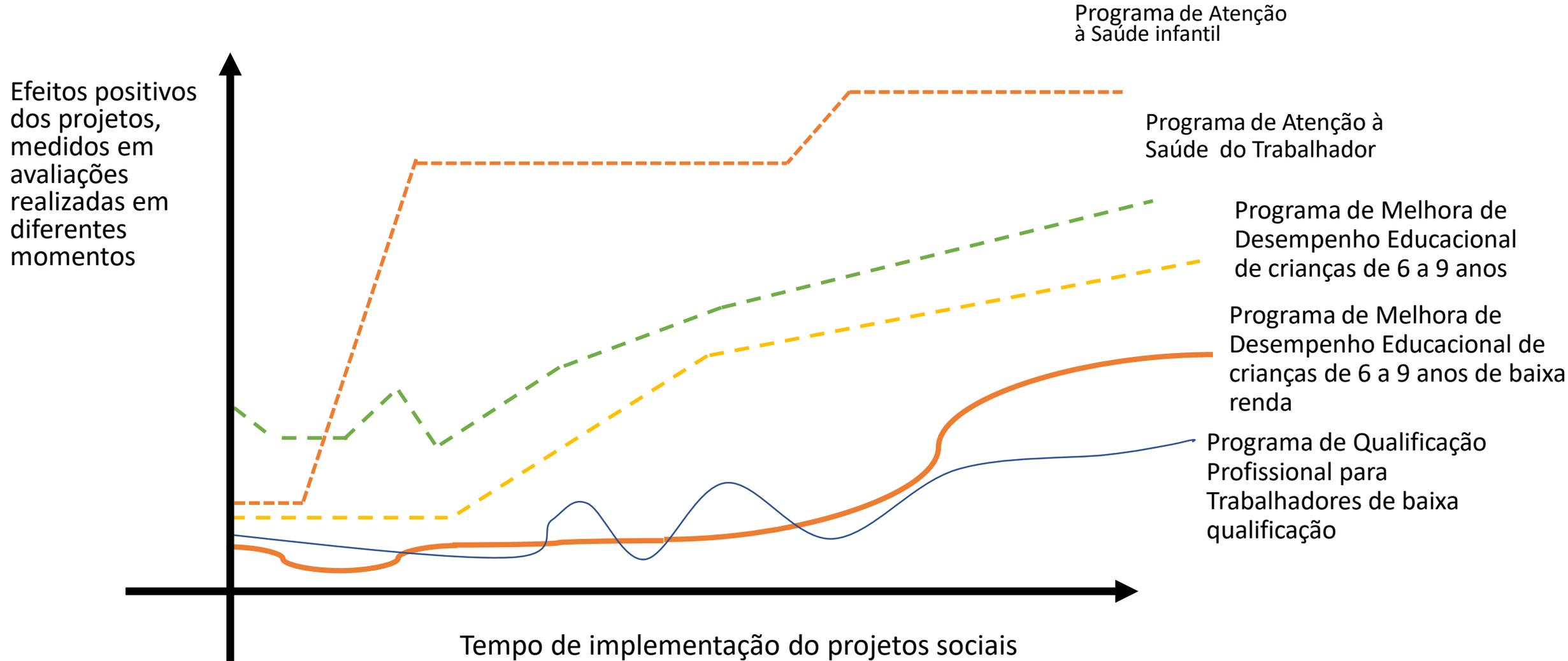
Focos avaliativos



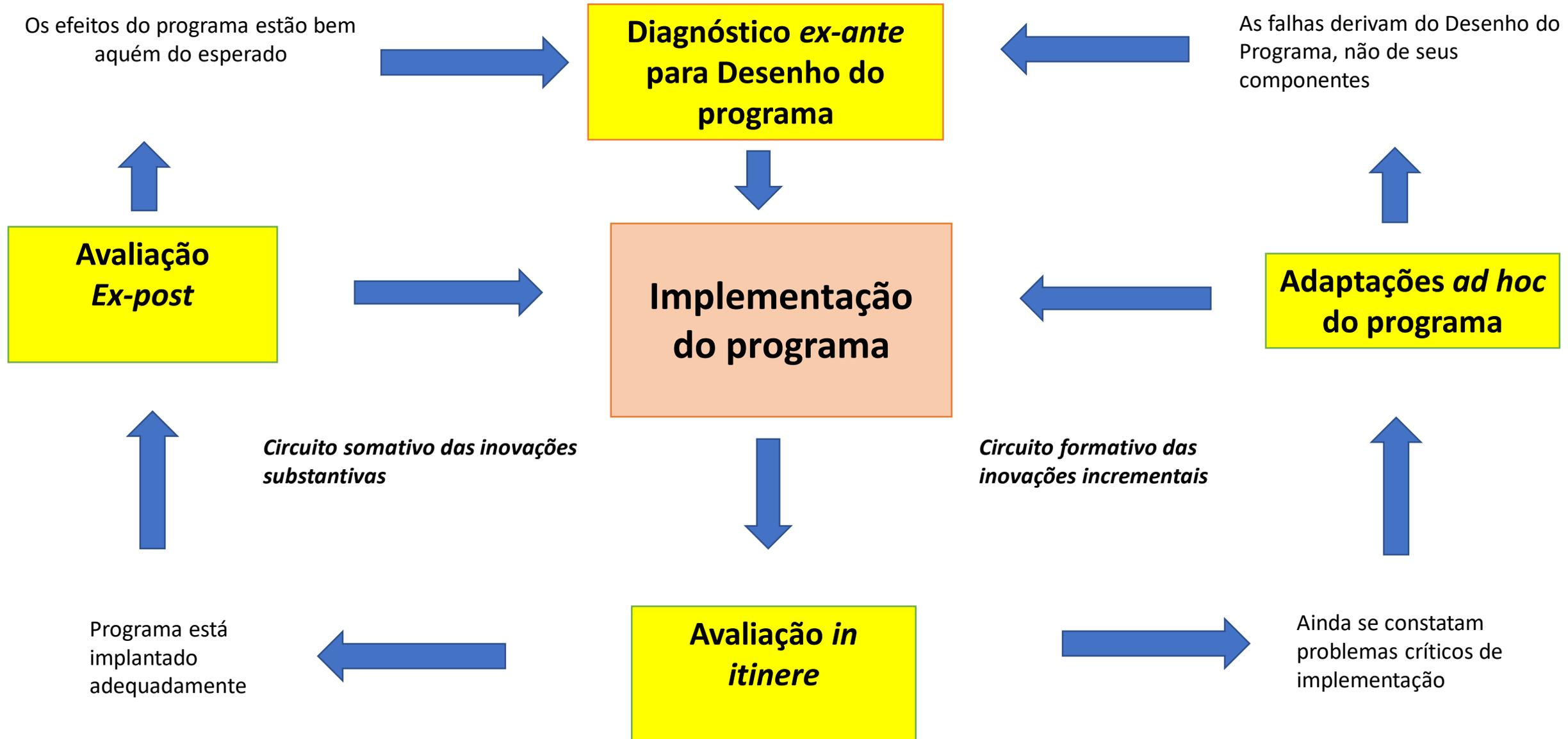
Maturação dos efeitos de Programas ao longo da implementação depende da área programática e contexto



Maturação dos efeitos de Programas ao longo da implementação depende da área programática e contexto



A IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DA POLÍTICA PÚBLICA



Reflexões sobre a prática avaliativa

#1: O que entendemos sobre Política Pública ?

#2: Em que quadra histórica estamos na construção do Estado de Bem-Estar ?

#3: Por que avaliamos ? Para julgar ou para aperfeiçoar ?

#4: Avaliação é puramente neutra e técnica ?



#5: Seria a Eficiência o principal critério Avaliativo ?

Tal como na Ciência, Avaliação de Políticas Públicas requer compromissos éticos

- Políticas Públicas são informadas por evidências, mas lastreadas em valores !
- Avaliações não são neutras, tal como o desenho das Políticas
- A perspectiva avaliativa, as questões a serem avaliadas, os métodos e indicadores escolhidos revelam visões de mundo, concepções de Estado e de natureza de Políticas Públicas
- Assim, os resultados de avaliações dependem dos valores ou critérios orientadores do processo !!

DESENHO, APRIMORAMENTO E AVALIAÇÕES ASSENTADAS EM VALORES PÚBLICOS



A Constituição Federal de 1988, como as de outros países tem uma orientação política !!!

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Reflexões sobre a prática avaliativa

#1: O que entendemos sobre Política Pública ?

#2: Em que quadra histórica estamos na construção do Estado de Bem-Estar ?

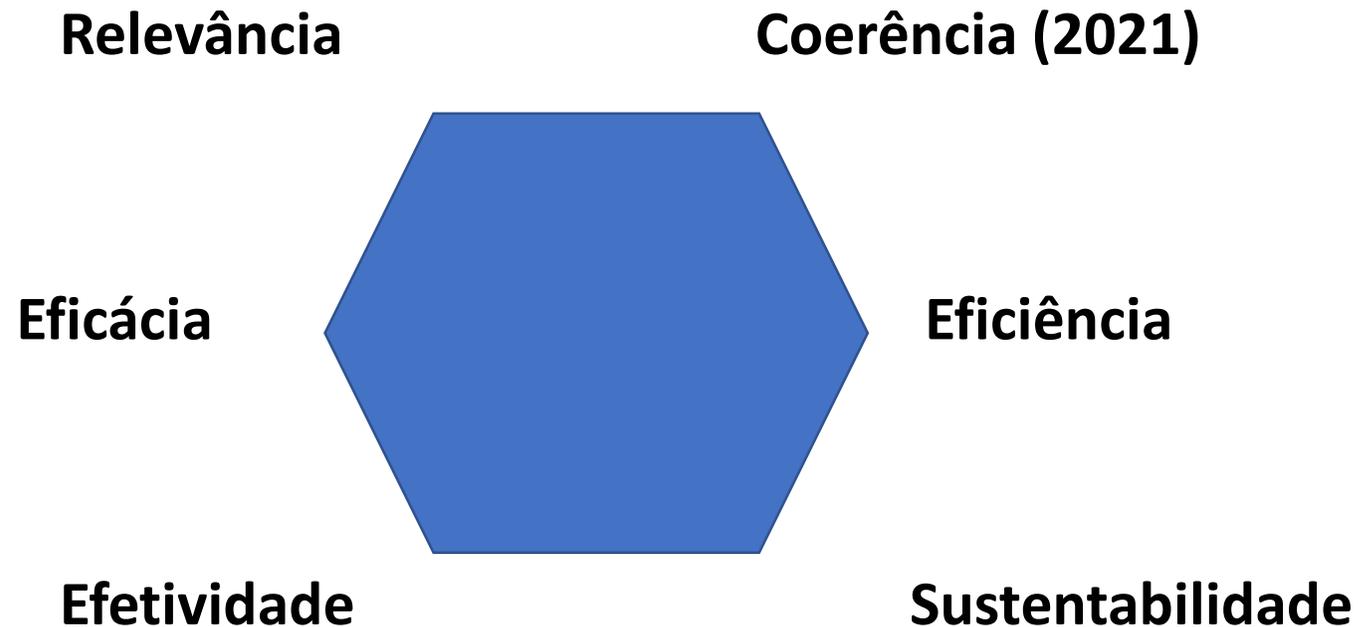
#3: Por que avaliamos ? Para julgar ou para aperfeiçoar ?

#4: Avaliação é puramente neutra e técnica ?

#5: Seria a Eficiência o principal critério Avaliativo ?



Critérios de avaliação “DAC/OCDE” para avaliação do mérito de políticas, programas e projetos sociais, usado há mais de 25 anos por organizações multilaterais da ONU



Critérios de avaliação “DAC/OCDE” para avaliação do mérito de políticas, programas e projetos sociais, usado há mais de 25 anos por organizações multilaterais da ONU

Relevância de um programa ou projeto está associado ao grau de pertinência do mesmo às demandas públicas prioritárias, isto é, sua aderência à agenda de prioridades políticas de uma determinada sociedade.

Eficácia de um programa ou projeto é um atributo relacionado ao grau de cumprimento dos objetivos do mesmo ou de atendimento da demanda motivadora do programa.

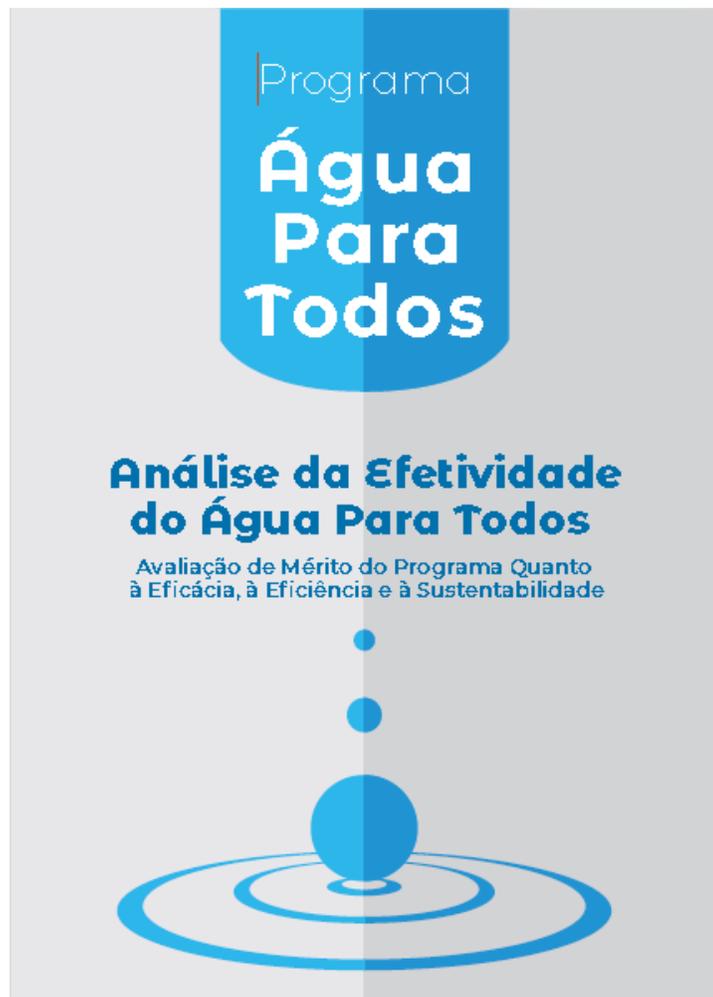
Eficiência está associado à qualidade e preocupação de como os recursos são utilizados na produção dos resultados do programa.

Efetividade ou Impacto diz respeito aos efeitos de médio e longo prazo sobre os beneficiários e sociedade – positivos ou não- direta ou indiretamente atribuíveis ao programa ou projeto.

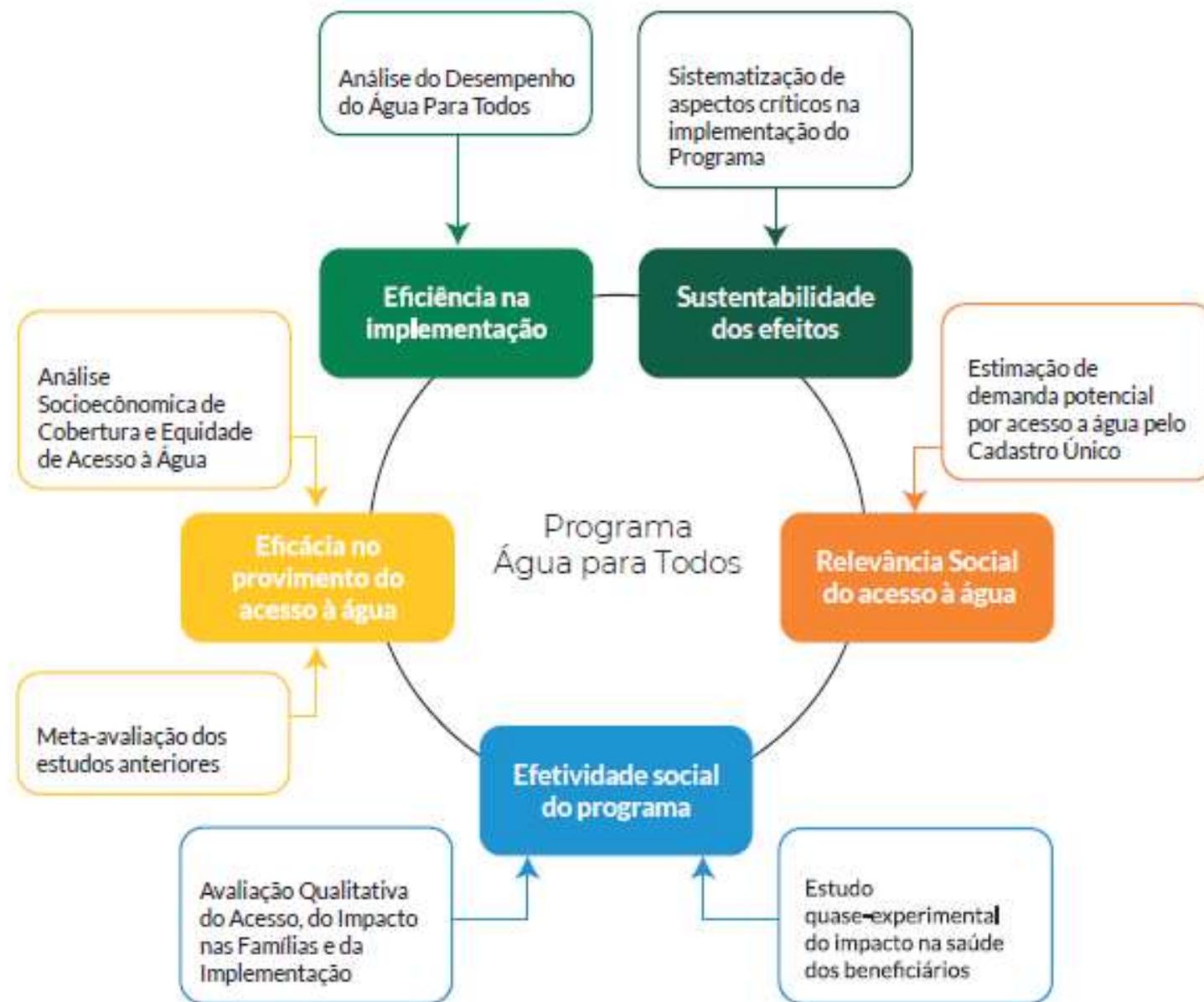
Sustentabilidade refere-se à capacidade do programa ou projeto em gerar mudanças permanentes na realidade em que atuaram.

Coerência (OCDE 2021) de um programa- sexto critério mencionado em documento mais atual- está relacionado grau de alinhamento de suas atividades internas em torno do objetivo do mesmo e a outras políticas e objetivos públicos relevantes.

AValiação Sistêmica do Programa Água Para Todos



<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29075>



Como os programas públicos abaixo atendem aos critérios avaliativos?

JANNUZZI, P.M. Relevância e Sustentabilidade: as dimensões esquecidas na avaliação de programas sociais. **Nexo Políticas Públicas**, 2020. In: <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2020/Relev%C3%A2ncia-e-sustentabilidade-dimens%C3%B5es-esquecidas-na-avalia%C3%A7%C3%A3o-de-programas-sociais>

	Bolsa Família	Mais Médicos	Pronatec	Água para Todos	
Relevância					
Eficácia					
Efetividade					
Sustentabilidade					
Eficiência					
Coerência					
Obs.					

Recomendações para prática avaliativa

#1: Avaliação de Políticas Públicas em perspectiva sistêmica



#2: Políticas e programas demandam um Plano de Avaliação e Monitoramento

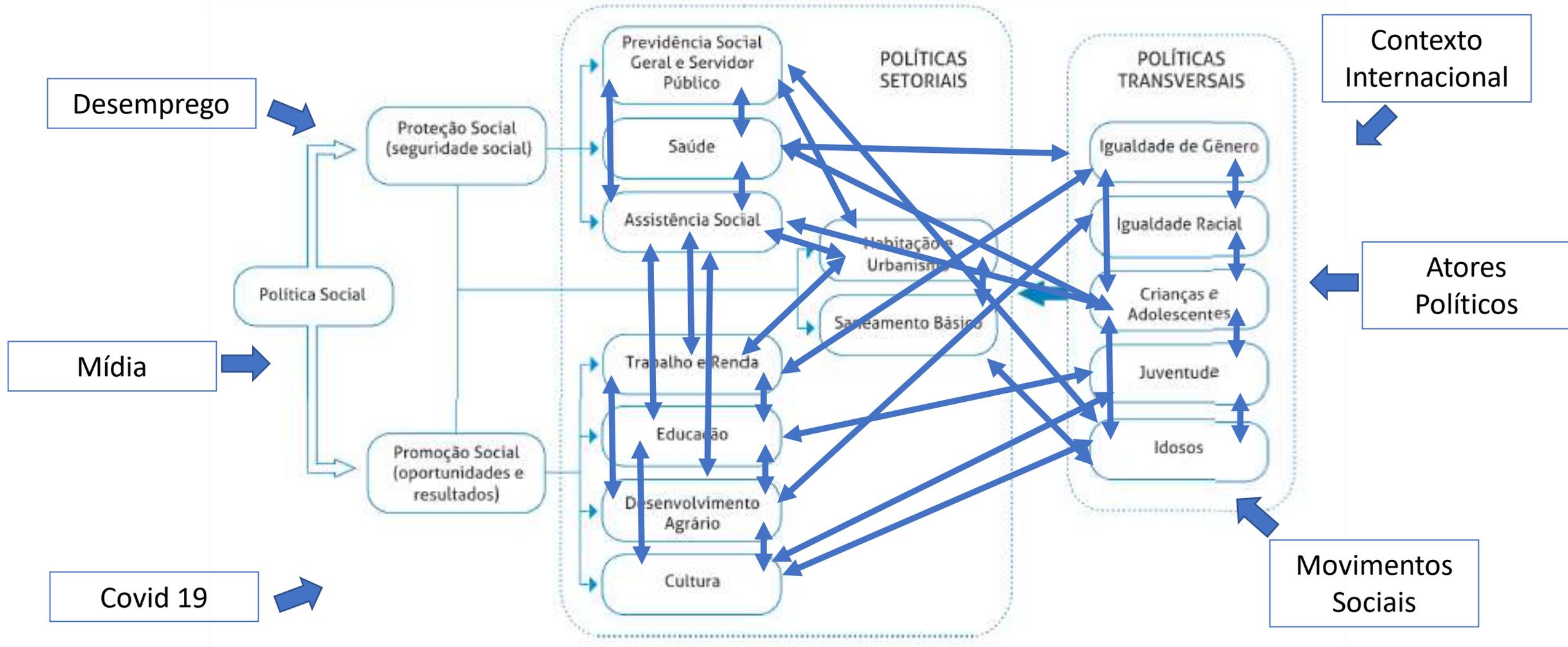
#3: O Estudo de Avaliabilidade como etapa pré-avaliativa

#4: As etapas de produção e disseminação da avaliação

#5: As perguntas avaliativas dirigem a escolha da técnica, não o contrário

Políticas Públicas são Sistemas Abertos:

Compõem-se de componentes internos em constante articulação, afetam e são afetados por seus público-alvo, tem seus objetivos modificados, interagem com o Contexto externo; influenciam outras Políticas e por elas são influenciadas



Avaliação Sistêmica

É preciso entender que o ambiente de operação das Políticas e Programas Públicos é bastante complexo, exigindo uma abordagem sistêmica e um conjunto amplo de estudos de avaliação para entendimento (Plano de Avaliação)

- Das sinergias entre políticas e programas na produção dos resultados e impactos (não só as contribuições específicas)
- Dos efeitos diferenciados das políticas para diferentes públicos-alvo (e não só as médias)
- As dificuldades de implementação das ações nos diferentes contextos de gestão e de vulnerabilidade social no território

Definição de Avaliação de Programas, em perspectiva sistêmica

Avaliação refere-se ao **esforço analítico de produzir informação e conhecimento** para

- **desenho, implementação e apreciação** de programas e projetos sociais,
- por meio de **abordagens metodológicas interdisciplinares** da pesquisa social,
- com a finalidade de analisar a continuidade de sua existência (**relevância**),
- aprimorar a gestão das intervenções, seja no alinhamento (**coerência**) e cumprimento dos seus objetivos (**eficácia**),
- nos seus impactos mais duradouros (**sustentabilidade**) e abrangentes em termos de públicos e dimensões sociais alcançados (**efetividade**),
- e a conformidade de custos condizentes com a escala e complexidade da intervenção (**eficiência**).

Recomendações para prática avaliativa

#1: Avaliação de Políticas Públicas em perspectiva sistêmica

#2: Políticas e programas demandam um Plano de Avaliação e Monitoramento



#3: O Estudo de Avaliabilidade como etapa pré-avaliativa

#4: As etapas de produção e disseminação da avaliação

#5: As perguntas avaliativas dirigem a escolha da técnica, não o contrário

Complexidade do desenho e operação das políticas públicas

**Demanda
Pública
Problema
coletivo
Valor
republicano**



Programas precisam de um Plano de Avaliação e Monitoramento

Princípios e Valores orientadores da Ação Pública:

Dignidade humana, Justiça Social, Cooperação, Equidade, Moderação, Solidariedade, Sustentabilidade Ambiental, Respeito à diversidade, Transparência

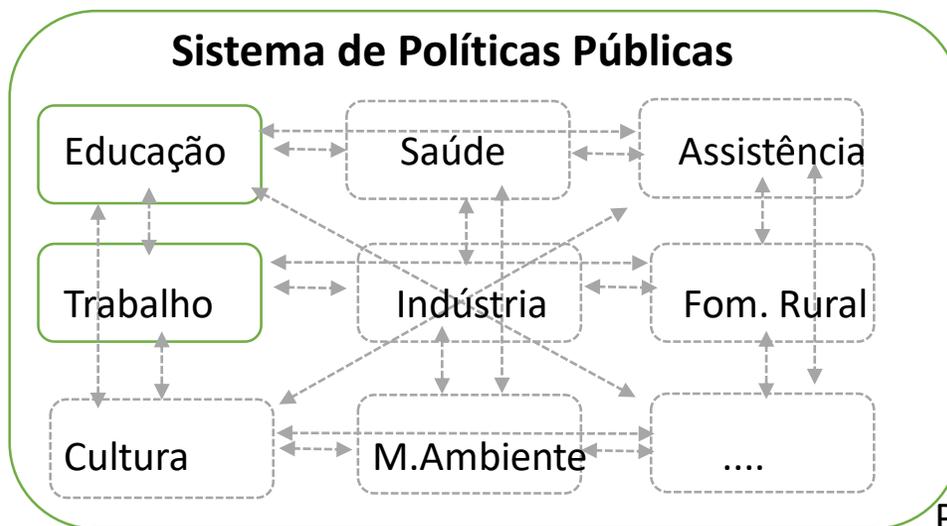
Demandas públicas

Formulação

Compromissos internacionais

Inovações Substantivas

Inovações incrementais

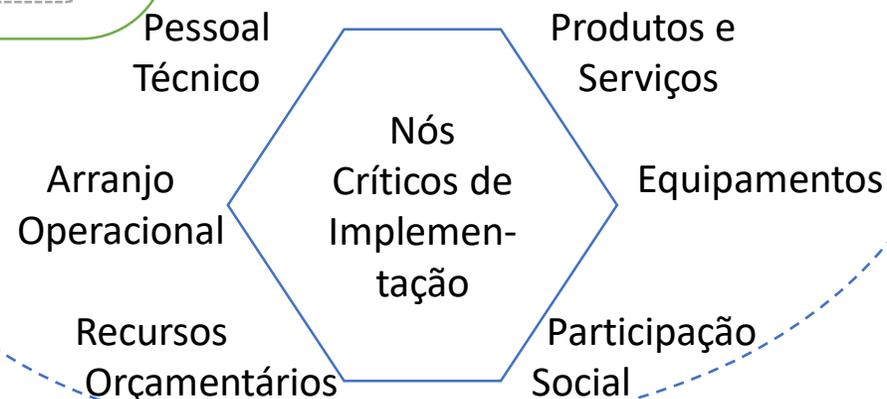


Avaliação Ex Post

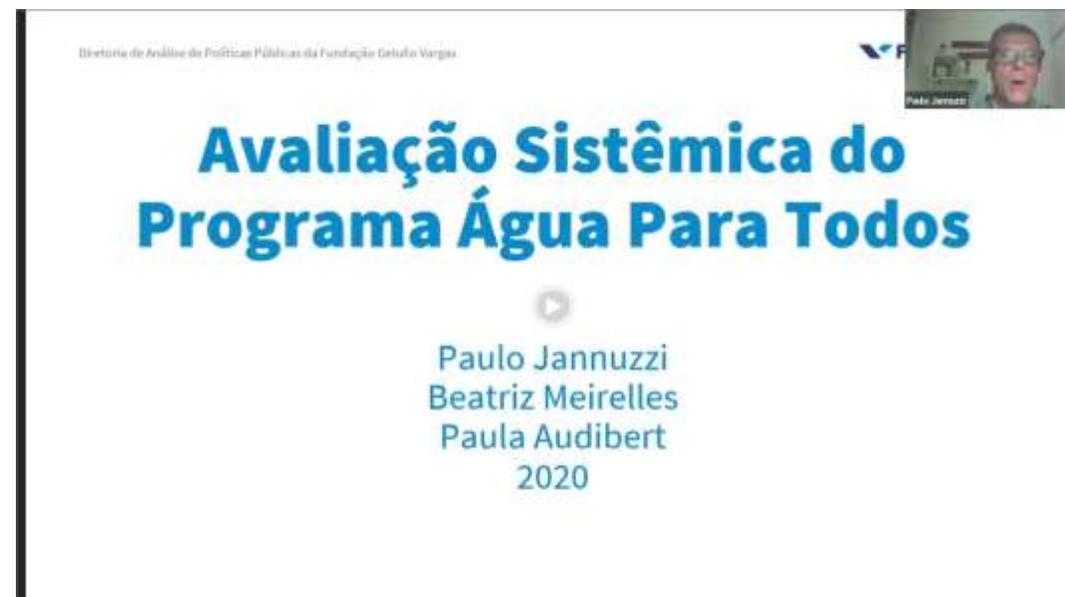
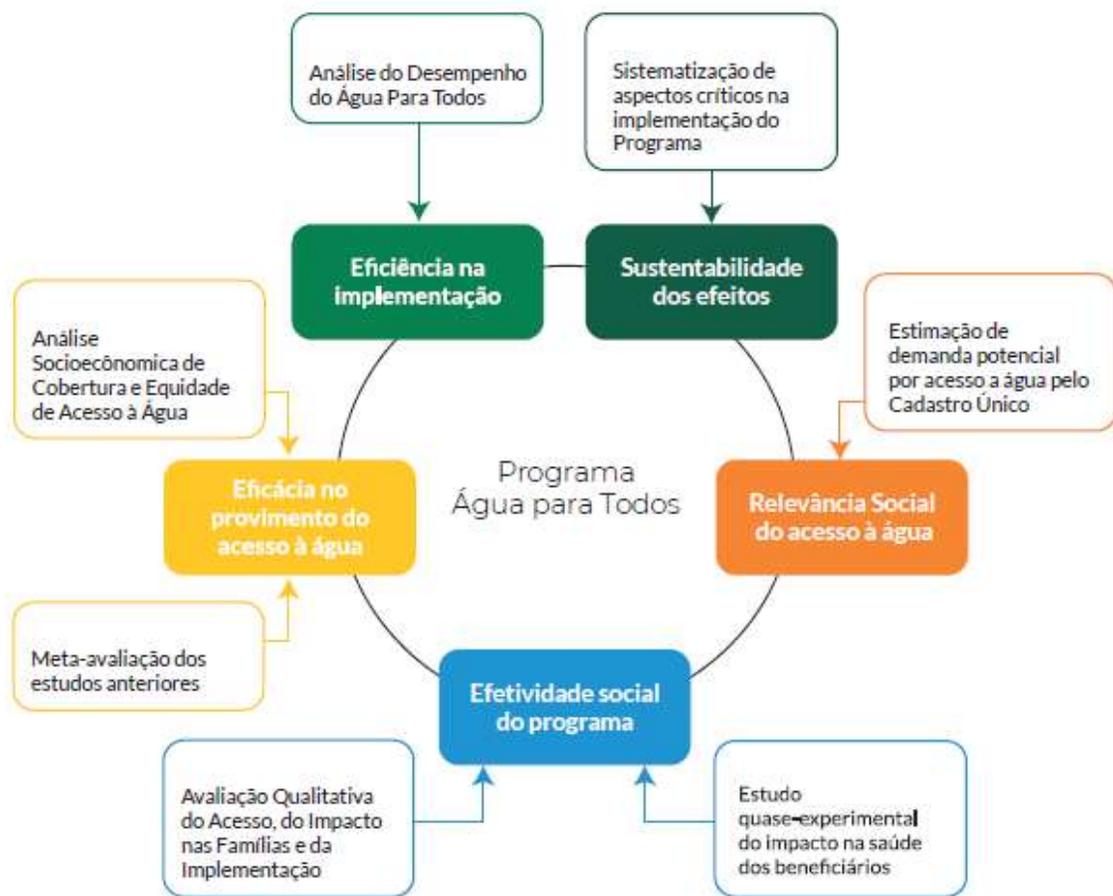
- Aval Resultados
- Aval Impactos

Avaliação in Itinere

- Aval processos
- Monitoramento



Exposição audiovisual sobre o Plano de Avaliação do APT



https://drive.google.com/file/d/1D-wy_5VSmN0g9AJmmwH1xrTVHDVq3NXM/view

Plano de Avaliação Sistêmica do Pronatec

O plano de avaliação envolveu diagnósticos de públicos-alvo potencial, análises institucionais sobre a coordenação federativa e sobre a articulação setorial para implementação do programa nos municípios, além de avaliações de egressos participantes por meio de metodologias quantitativa e quasi-experimental.



Quadro 1: Plano de Avaliação Sistêmica do Pronatec, Dimensões e Sujeitos investigados

Avaliação	Características metodológicas	Dimensão Sistêmica investigada	Sujeitos envolvidos
A1: Módulo de Inclusão Produtiva no Censo Suas 2011	Levantamento pela Internet na quase totalidade dos municípios (97%), acerca da oferta de cursos de qualificação e outras iniciativas de Inclusão Produtiva.	Diagnóstico de gestão: capacidade de implementação e gestão de ações em Inclusão Produtiva pela Assistência Social	Agentes operadores: Equipes municipais da Assistência Social, Educação e Trabalho promotores de cursos de qualificação
A2: Módulo de Inclusão Produtiva no Censo Suas 2014	Levantamento pela Internet na quase totalidade dos municípios (99%), acerca da oferta de cursos de qualificação, articulação com outras políticas de emprego e outras iniciativas de Inclusão Produtiva.	Avaliação da cobertura da oferta de cursos do Pronatec, Acessuas e papel da Assistência na articulação com outros programas de trabalho e renda.	Agentes operadores: Equipes municipais da Assistência Social, Educação e Trabalho promotores de cursos de qualificação
A3: Pesq. Avaliação de Ações em Desenvolvimento Social de 2012	Pesquisa amostral em 6 mil domicílios no país, com dois módulos, realizados em maio e dezembro de 2012.	Diagnóstico do acesso a programas de qualificação profissional e outros programas públicos associados, além da trajetória ocupacional.	Público-alvo potencial: população em idade ativa
A4: Pesquisa Qualitativa do Pronatec em 2013	Pesquisa qualitativa em 12 municípios, envolvendo Grupo Focal com concluintes e desistentes e Entrevistas com diretor de centro de formação e agente municipal	Avaliação de implementação da qualidade da oferta em sala de aula e da atuação dos agentes locais	Agentes operadores: gestor municipal, diretor de escolas Público-alvo: alunos, egressos e desistentes
A5: Análise do papel do Acessuas-Trabalho em 2013/14	Estudo avaliativo com base em dados secundários e referencial normativo que criou o ACESSUAS-Trabalho, para mobilização dos públicos para os cursos	Análise institucional dos conflitos e avanços da introdução do ACESSUAS- Trabalho como serviço ofertado regularmente	Agentes operadores: equipe municipal de mobilização
A6: Estudo de Acesso, Adequação da oferta e Desempenho em 2014	Estudo descritivo com base na integração de registros dos alunos do Pronatec BSM com Cadastro Único	Avaliação de implementação do programa quanto à cobertura, adequação ao mercado, equidade no acesso e desempenho	Agentes operadores: equipe municipal de coordenação do programa
A7: Suplemento de Mobilidade Social e Qualificação Profissional na PNAD 2014	Pesquisa amostral em mais de 130 mil domicílios no país, realizada em outubro a novembro de cada ano, com questionário multitemático e suplementos	Avaliação da cobertura e equidade de acesso do programa, assim como efeito na empregabilidade	Público-alvo potencial e egressos do programa
A8: Contribuição do Pronatec na empregabilidade formal dos egressos em 2015	Estudo descritivo com base na integração de registros dos alunos do Pronatec BSM com Cadastro Único, RAIS e Caged	Avaliação de resultados em termos de empregabilidade formal	Público-alvo: egressos do programa
A9: Impacto do Pronatec no Mercado 2011-2015	Estudo com desenho quasi-experimental com a base integrada do Pronatec BSM, Cadastro Único, RAIS e Caged, com alunos e seus "pares similares" não cursantes de mesma idade, sexo, cor, escolaridade e local	Avaliação de impacto do programa em termos de empregabilidade formal	Público-alvo: egressos do programa
A10: Suplemento de Inclusão Produtiva na Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais 2014	Levantamento institucional junto a todas as prefeituras e governos estaduais no país, pelo IBGE	Avaliação da implementação da cobertura do Pronatec, parceiros operacionais e públicos atendidos. Diagnóstico de práticas de 21 modalidades de Inclusão Produtiva Urbana e Rural no país	Agentes operadores: equipes municipais envolvidas com Inclusão Produtiva

O caso Pronatec. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 624-661, set./dez. 2016, em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae>.

Recomendações para prática avaliativa

#1: Avaliação de Políticas Públicas em perspectiva sistêmica

#2: Políticas e programas demandam um Plano de Avaliação e Monitoramento

#3: O Estudo de Avaliabilidade como etapa pré-avaliativa

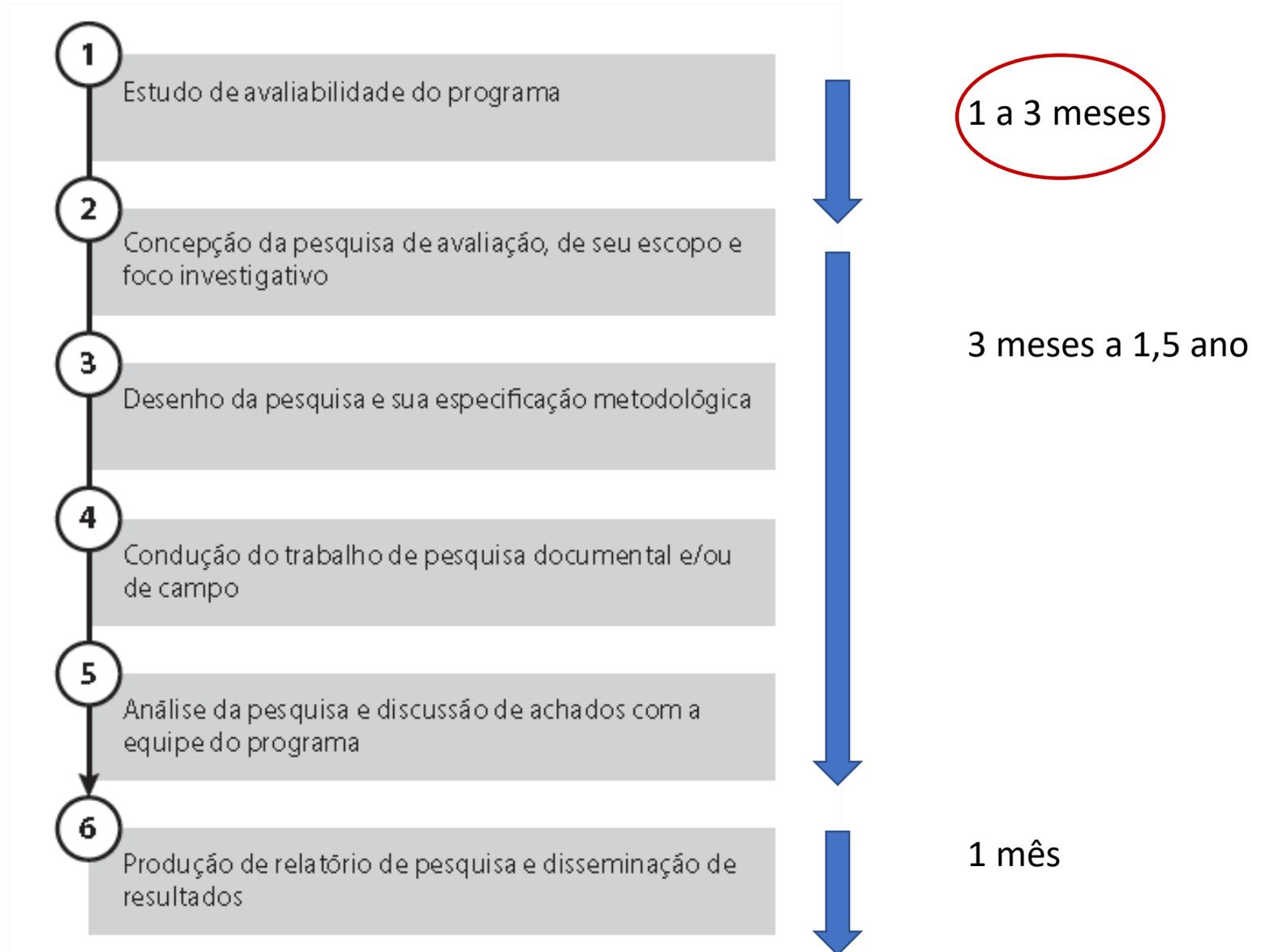


#4: As etapas de produção e disseminação da avaliação

#5: As perguntas avaliativas dirigem a escolha da técnica, não o contrário

Etapas para elaboração de uma Pesquisa de Avaliação ou Plano de Avaliação Sistemática

A especificação da pesquisa de avaliação ou plano requer um processo de estruturação e realização em 6 etapas



Estudo de Avaliabilidade

Estudo de Avaliabilidade (ou de Viabilidade de uma Avaliação) de um programa é um trabalho pré-avaliativo, com a finalidade de levantar subsídios para se decidir se é oportuno e viável realizar um estudo avaliativo mais aprofundado e/ou sobre que aspectos e/ou perguntas avaliativas, culminando com a proposição de um Plano de Avaliação e Monitoramento.

1. O Contexto Institucional, Político e Ideacional do programa (CIPI)
2. Mapa de Processo e Resultados do programa (MaPR)
3. Meta-avaliação do programa (MetAv), sistematizando os achados de estudos já realizados sobre o mesmo
4. Plano de Avaliação e Monitoramento (PAM), propostas de pesquisas avaliativas ou instrumentos de avaliação

Análise do Contexto Institucional, Político e Ideacional do programa (CIPI)

- Como entender que programas públicos bem avaliados foram descontinuados ou modificados de forma voluntarista nos últimos 7 anos ?
- Resgatar o elo perdido entre Análise e Avaliação de Programas Públicos
- Programas públicos operam/são afetados/convivem com Arcabouço Institucional, Atores e seus interesses e Ideias e Valores do Espírito do Tempo (3 Is)



<https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbava1202211037>



GRUPO 2

Amanda Carla Arnaut
Cassiany Ribeiro Moreira
Dandara Baçã de Jesus Lima
Jane Cristina Trade Santos Futer
Laianny Martins Silva Efel
Rogério Alves Parreiras
Tânia Regina Prado
Whitney Vieira de Oliveira

PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

LINHA DO TEMPO³

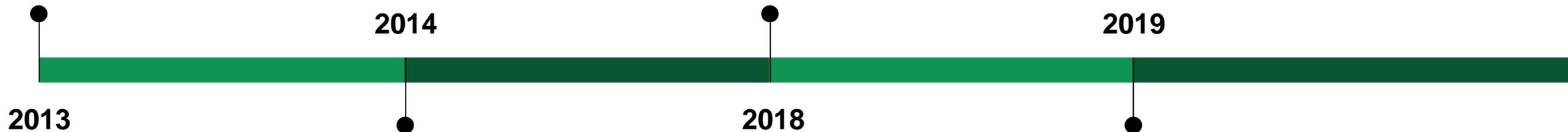
MP nº 621, de 8 de julho de 2013 - Institui o Programa Mais Médicos (PMM)

Agosto de 2013- Acordo com a OPAS para trazer médicos cubanos para ocupar as vagas não preenchidas por brasileiros ou outros estrangeiros

Governo Cubano se retirou do PMM

Novas condições impostas: revalidação de diploma, contratação individual dos profissionais

Programa que na época contava com 18 mil médicos perdeu mais de 40% dos profissionais inscritos



2013

2014

2018

2019

Programa supera meta de 14.462 médicos em 3.785 municípios e 34 Distritos Indígenas

Grande presença de médicos cubanos

Autorização para criação de 39 cursos de medicina em 11 estados

MP nº 890: Programa Médicos pelo Brasil

Substituição ao Programa Mais Médicos

Novas condições:

- Profissionais com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) brasileiro
- Formação obrigatória em Medicina de Família
- Contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)



PROGRAMA **MAIS MÉDICOS** PARA O BRASIL

Análise do contexto institucional, político e ideacional (3Is)

ARCABOUÇO INSTITUCIONAL ⁴

- Artigo 196 da CF/88 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- O Conselho Federal de Medicina (CFM) entregou estudo sobre demografia médica ao Ministério da Saúde, no qual apresentava vários pontos importantes, como uma gritante desigualdade na distribuição de médicos no território brasileiro, mas também entre sistemas público e privado de saúde (CFM, 2011).
- Petição eletrônica com o objetivo de ampliar a participação popular no movimento “Cadê o Médico?”, promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) em fevereiro de 2013.



PROGRAMA **MAIS MÉDICOS** PARA O BRASIL

Análise do contexto institucional, político e ideacional (3Is): INTERESSES E SEUS ATORES⁵

- **Promotores e Apoiadores**

- Atores governamentais, conselhos de saúde, acadêmicos, associações profissionais e representações de classe médicas

- **Executores**

- Ministério da Saúde, Ministério da Educação
- Prefeituras Municipais

- **Financiadores e Facilitadores**

- Estados e Municípios

- **Opositores/Resistentes**

- Conselhos de Medicina
- Federação Nacional dos Médicos (Fenam)
- Meios de Comunicação



PROGRAMA **MAIS MÉDICOS** PARA O BRASIL

Análise do contexto institucional, político e ideacional (3Is):

IDÉIAS, VALORES E PARADIGMAS⁶

- **Valor Universal**

- A saúde constitui um direito social básico para as condições de cidadania da população brasileira. Um país somente pode ser denominado "desenvolvido" se seus cidadãos forem saudáveis, o que depende tanto da organização e do funcionamento do sistema de saúde quanto das condições gerais de vida associadas ao modelo de desenvolvimento vigente.

- **Espírito do tempo nos anos 2000**

- Efetividade dos direitos sociais
- Acesso universal à saúde.

- **Ideias em disputa**

- Ato médico
- Integração do médico a equipes multiprofissionais e cuidado compartilhado
- Saúde pública, universal e gratuita
- Diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde e os vazios assistenciais;



Mapa de Processos e Resultados

PRÓ-RESIDÊNCIA

Andressa Aguiar da S. Macedo
Cintia Rodrigues Leal

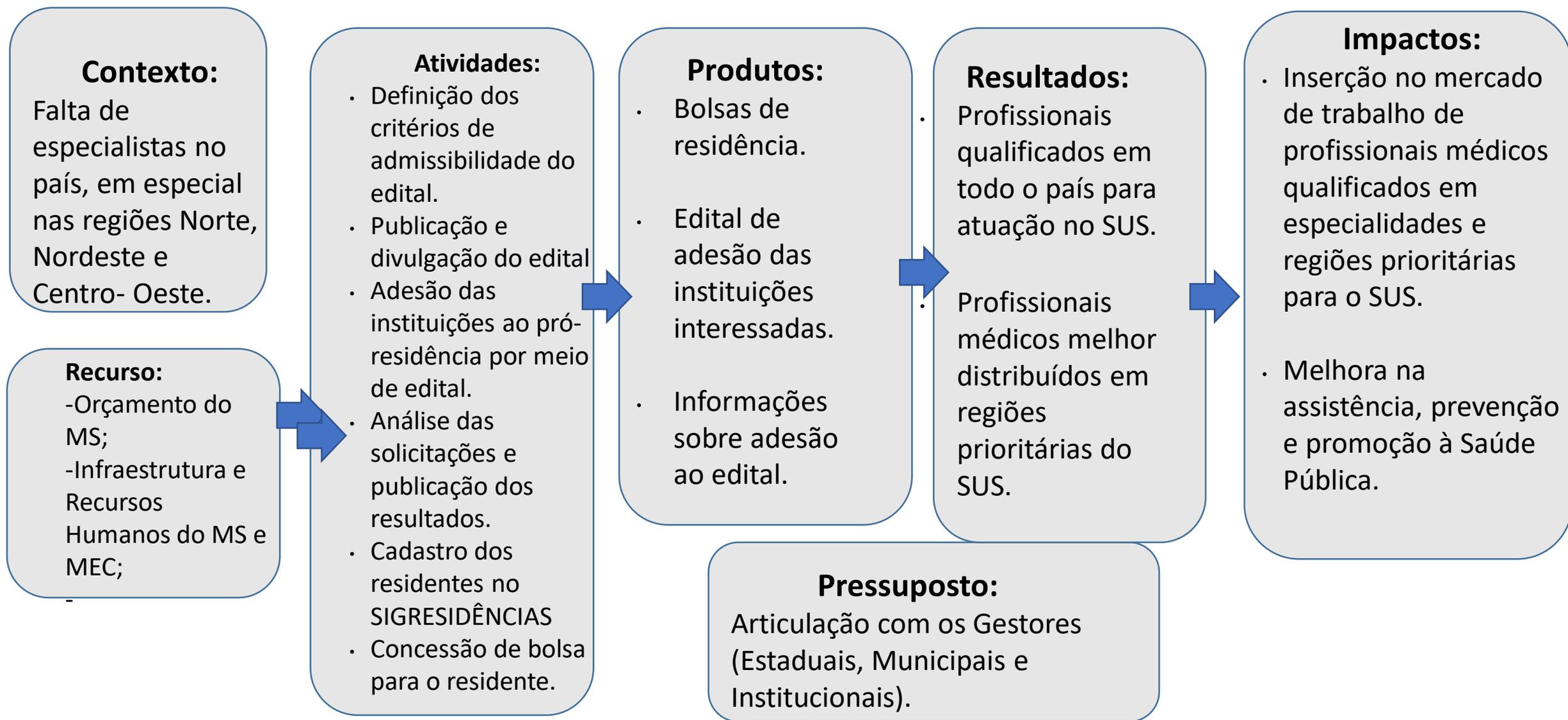
Objetivo:

O Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência) têm o objetivo de incentivar a formação de especialistas na área de saúde, em regiões prioritárias, que apresentam vazios assistenciais ou de formação, definidas em comum acordo com os gestores do SUS, a partir das necessidades e realidades locais e regionais identificadas.

Público-alvo

- Direto: Gestores dos programas de residências médicas (Gestores das Instituições interessadas em implantar PRMs, Coordenadores de COREME e Supervisores de programas).
- Afetado: Residentes médicos.

MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS DO PRÓ-RESIDÊNCIA



Meta-Avaliação



Meta-avaliação de programas é o estudo de sistematização de regularidades de achados, de não regularidades, de especificidades regionais ou de públicos e ainda sistematização de avaliações realizadas sobre diferentes marcos interpretativos de análise.

Adriana Fortaleza Rocha da Silva
Sandra Regina Silva de Oliveira Rodrigues
Douglas Santos da Costa

MetAv - PSE

PPGADM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

FACE

FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

Dados gerais	Contexto regional da análise	Período em análise	Fonte de dados e aspectos metodológicos	Achados acerca da implementação/operação do programa	Achados acerca dos efeitos do programa	Qualis
Sousa, Esperidião e Medina (2017). Ciência e Saúde Coletiva (Abrasco)	Município de Região Metropolitana do Nordeste.	2008 a 2015	Análise documental, observação sistemática e 23 entrevistas semiestruturadas	<ul style="list-style-type: none">- Protagonismo da área da Saúde na implementação;- A articulação gerencial e integração na gestão do programa apresenta fragilidades e limitações;	O programa contribuiu para fortalecer a intersetorialidade entre as áreas da saúde e da educação;	A2
Chiari et al. (2018). Cadernos de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz)	Belo Horizonte - MG	2008 a 2015	Estudo de caso, pesquisa documental e 30 questionários semiestruturados	<ul style="list-style-type: none">- Dificuldades na construção da intersetorialidade;- Identificação e correspondência de mecanismos integradores (formação continuada, diagnóstico do território, mobilização social);	Baixa utilização dos mecanismos integradores (ações/atividades concretas que favoreçam a integração e a intersetorialidade)	A2

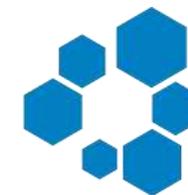
MetAv - PSE

PPGADM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

FACE

FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

Dados gerais	Contexto regional da análise	Período em análise	Fonte de dados e aspectos metodológicos	Achados acerca da implementação/operação do programa	Achados acerca dos efeitos do programa	Qualis
Vieira e Belisário (2018). Saúde em Debate (Cebes)	Distrito Sanitário de uma Capital Brasileira. (Localidade mantida em sigilo)	2008 a 2016	Análise documental, estudo de caso	Desafios em relação aos processos de monitoramento e avaliação	- Integração pontual e abordagens fragmentadas; - Obs: Surgimento tímido de propostas articuladas sobre intersectorialidade e promoção da saúde;	A2
Ataliba e Mourão (2018). Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)	Avaliação de impacto do PSE no município do Rio de Janeiro.	2015/2016	Análise documental, Estudo experimental, Survey com 400 alunos em 04 escolas e entrevistas com 06 gestores, Análise estatística (grupo experimental e controle)	- A falta de efetividade do PSE relaciona-se mais a operacionalização do que à sua concepção; - O resultado das atividades previstas sinalizam que o PSE não foi implementado da forma como foi idealizado	Não foram encontradas diferenças significativas entre o grupo experimental e o grupo controle acerca da prevenção das IST's, predominando tabus e desinformação	A2

PPGADM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

FACE

FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

Plano de Avaliação:

Conjunto de pesquisas avaliativas a serem realizadas nos próximos meses e anos, com delineamento de objetivos, metodologias, amostras etc

Plano de Avaliação - PSE

PPGADM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

FACE
FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Componente	Avaliação	Aspectos metodológicos	Abordagem	Tempo e Prioridade
Resultados	Pesquisa com o público-alvo do programa (e famílias) para avaliar mudanças de práticas e comportamentos	Grupo focal com o público-alvo (crianças e jovens) para avaliar as percepções em relação ao programa. A seleção da amostra englobaria municípios nas cinco regiões do país, considerando o tempo de implantação do programa (05, 10 e 15 anos) e o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano na localidade.	Qualitativa, Observação	03 meses 1º
Impactos	Estudo sobre os agravos e condições sensíveis ao público-alvo	Estudo sobre as condições de saúde sensíveis ao público-alvo (crianças e jovens), a partir da trajetória das metas pactuadas e dos indicadores do programa, com o cruzamento de dados epidemiológicos. Seleção da amostra envolvendo municípios nas cinco regiões do país, considerando o tempo de adesão ao programa (05, 10 e 15 anos).	Quantitativa, com recorte longitudinal de tempo	06 meses 2º

Plano de Avaliação - PSE

PPGADM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

FACE

FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

Componente	Avaliação	Aspectos metodológicos	Abordagem	Tempo e Prioridade
Insumos	Estudo sobre a atuação dos Grupos de Trabalho Intersetoriais Municipais GTI-M	Entrevistas e questionários com atores chave, buscando identificar as contribuições ou desafios na atuação dos Grupos de Trabalho Intersetoriais Municipais para a efetividade na implementação do programa. A amostra contemplaria uma seleção de municípios em todas as regiões do país a partir do tempo de implantação/adesão ao programa (05, 10 e 15 anos).	Qualitativa, Descritiva	03 meses 3º
Atividades	Estudo avaliativo sobre as ações de educação em saúde realizadas pelo Programa	Análise documental do material (didático) elaborado/utilizado no âmbito do programa em consonância com a legislação, considerando a linguagem abordada e a apropriação por um painel de especialistas. Seleção da amostra envolvendo municípios nas cinco regiões do país, considerando o tempo de adesão ao programa (05, 10 e 15 anos).	Quali-quantitativa, Descritiva	06 meses 4º

Recomendações para prática avaliativa

#1: Avaliação de Políticas Públicas em perspectiva sistêmica

#2: Políticas e programas demandam um Plano de Avaliação e Monitoramento

#3: O Estudo de Avaliabilidade como etapa pré-avaliativa

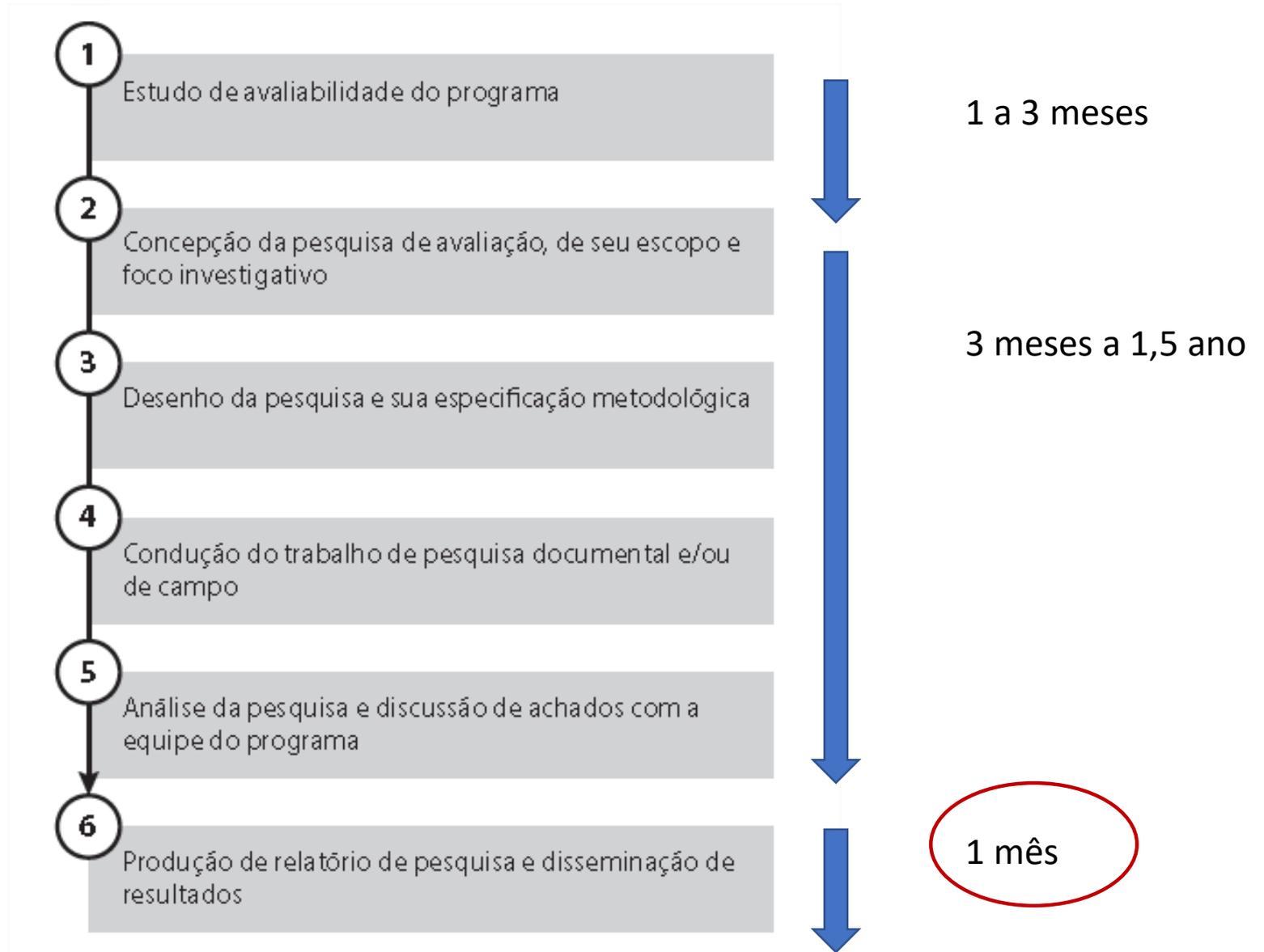
#4: As etapas de produção e disseminação da avaliação



#5: As perguntas avaliativas dirigem a escolha da técnica, não o contrário

Etapas para elaboração de uma Pesquisa de Avaliação ou Plano de Avaliação Sistêmica

A especificação da pesquisa de avaliação ou plano requer um processo de estruturação e realização em 6 etapas



Precisamos aprimorar as estratégias de disseminação

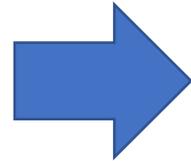
Produtos da Avaliação

Estudos meta-avaliativos

Sistema de informação organizado

Sistema de Indicadores de Monitoramento

Pesquisas primárias de avaliação



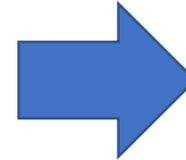
Capacitações instrumentais

Programas de formação

Seminários

Publicações

Oficinas



Públicos e Usuários da Avaliação

Decisor estratégico

Equipe de coordenação

Equipe de operação

Operadores na ponta

Sociedade

Outros órgãos de governo

Recomendações para prática avaliativa

#1: Avaliação de Políticas Públicas em perspectiva sistêmica

#2: Políticas e programas demandam um Plano de Avaliação e Monitoramento

#3: O Estudo de Avaliabilidade como etapa pré-avaliativa

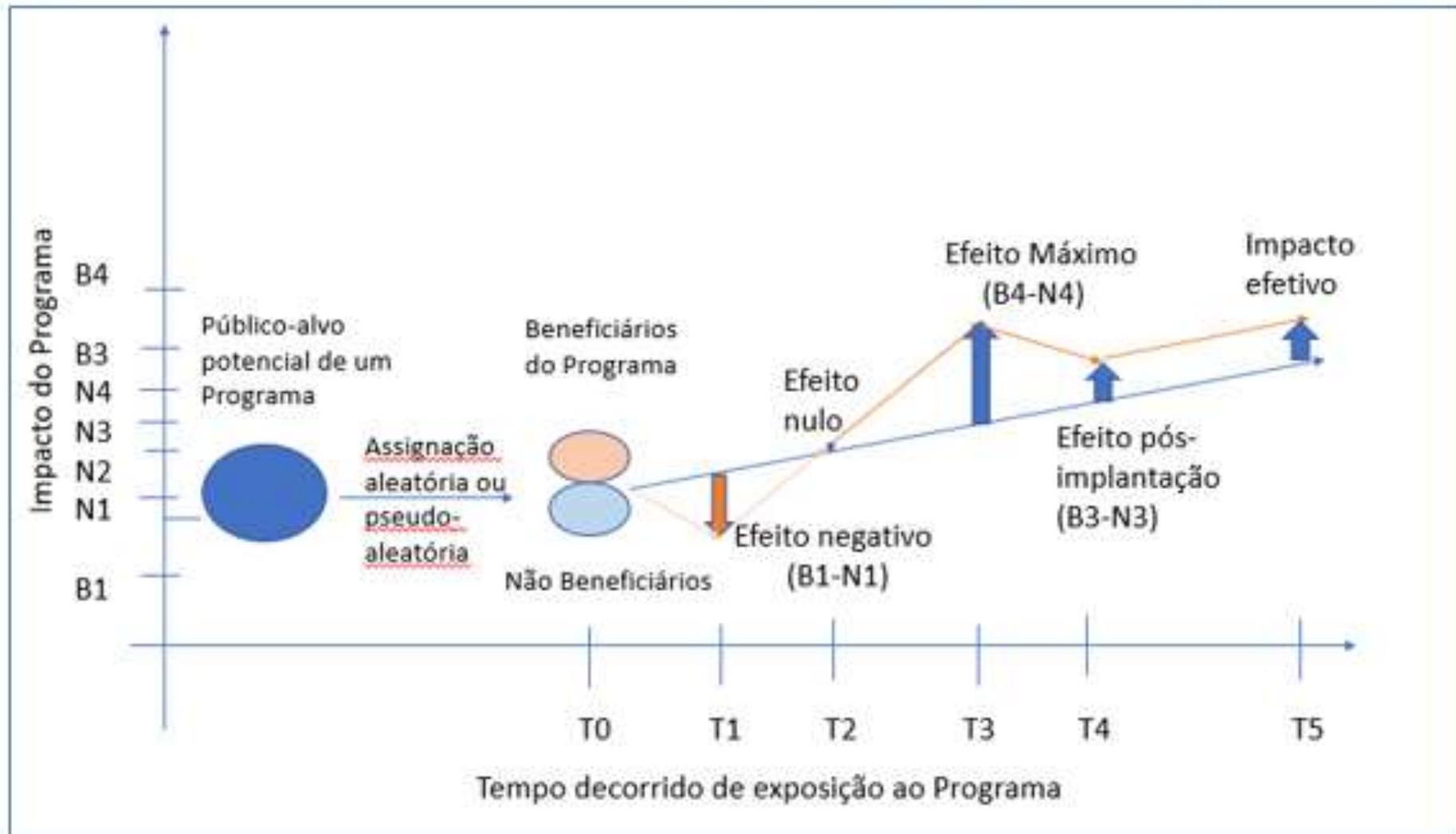
#4: As etapas de produção e disseminação da avaliação

#5: As perguntas avaliativas dirigem a escolha da técnica, não o contrário

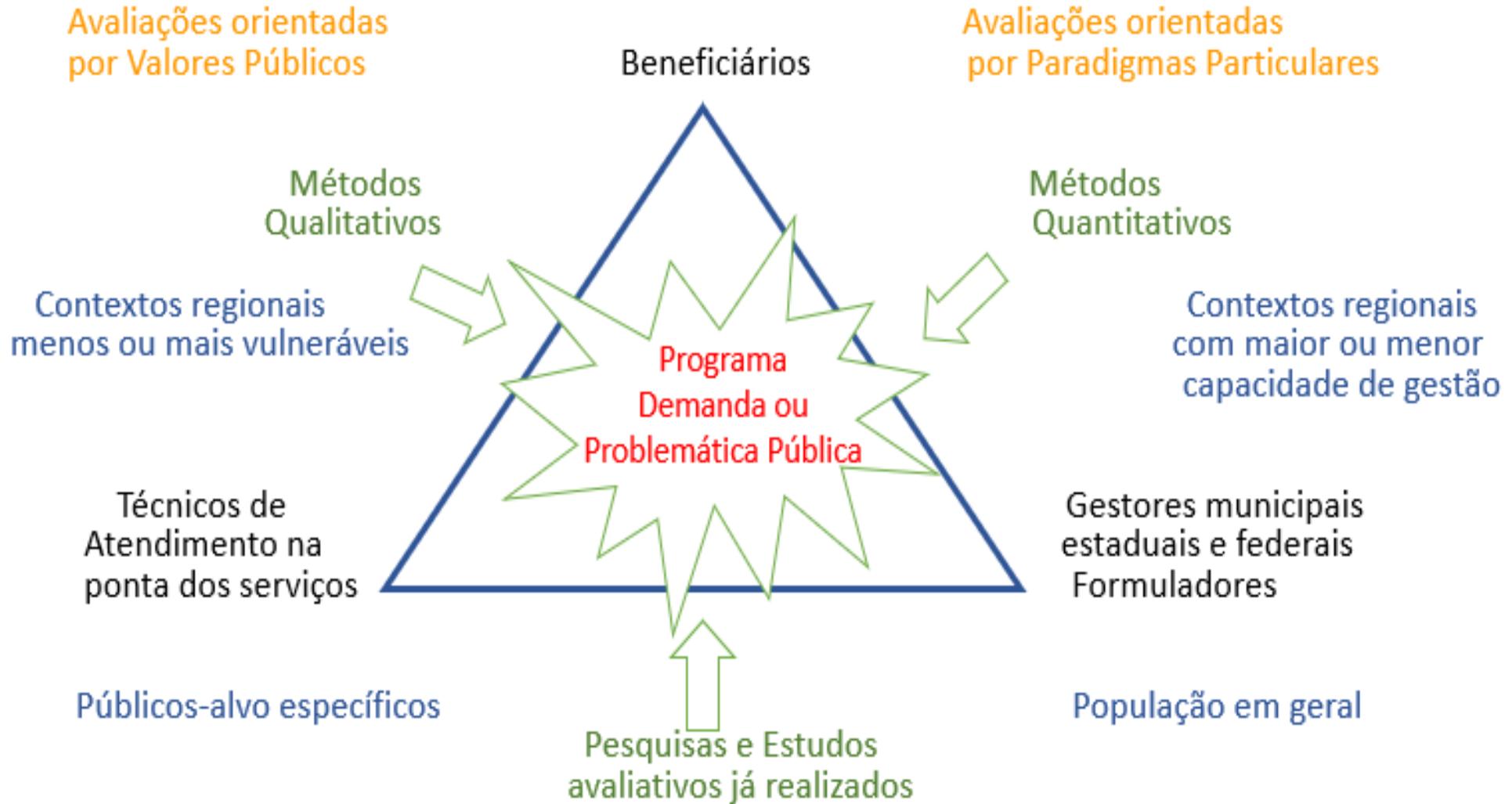


Avaliação de Programas é muito mais complexo do que supõem os Experimentos e Quasi-experimentos

Figura 1: Efeitos circunstanciais e efetivo de um novo programa ao longo de sua implantação

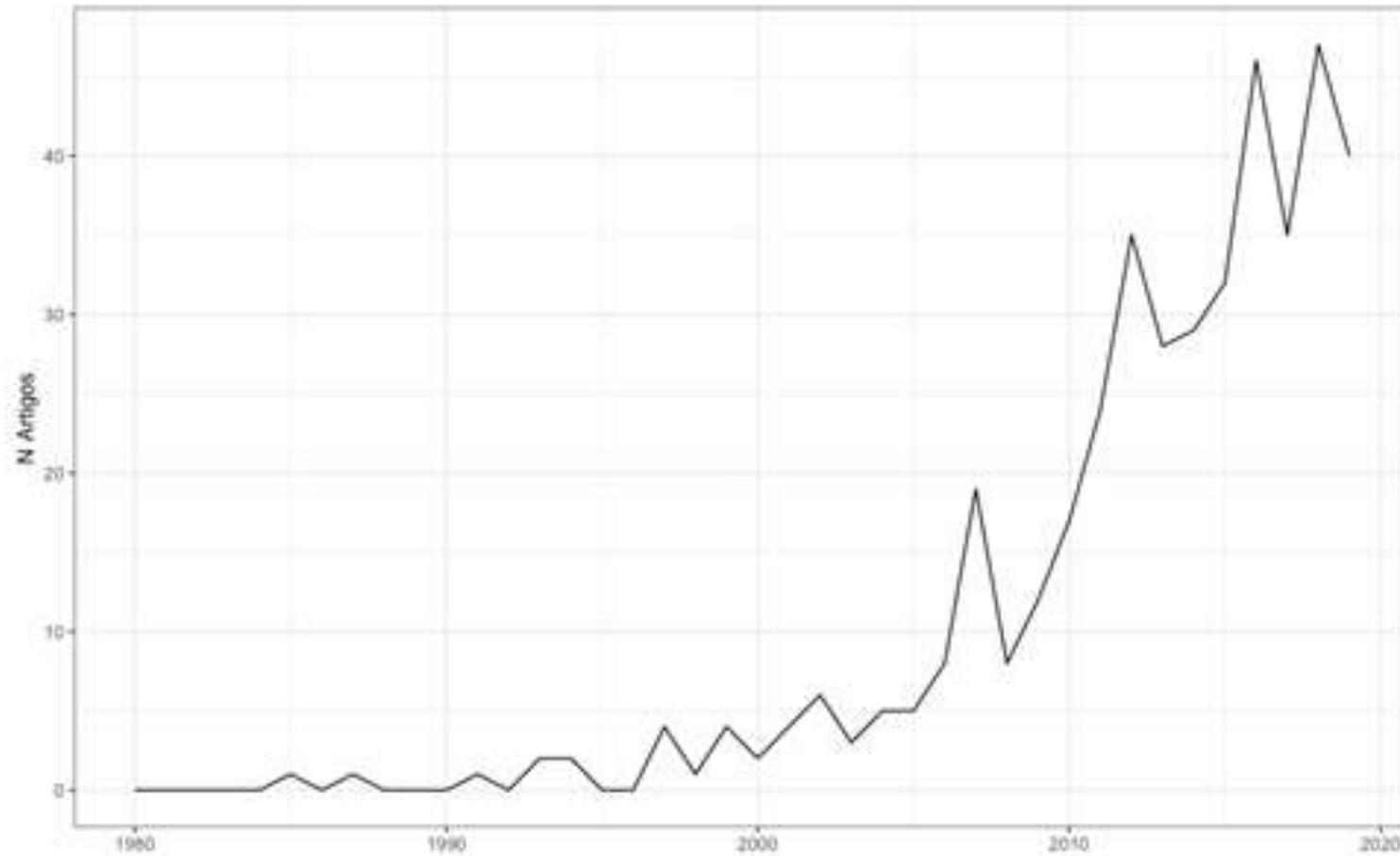


TRIANGULAÇÃO COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO



TRIANGULAÇÃO COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO

Gráfico 1 - Distribuição da produção sobre políticas públicas no Brasil (1980–2020)



Batista et al 2020 in

<http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais-hoje-balancos-bibliograficos-2020/2565-ciencias-sociais-hoje-ciencia-politica-2020>

TRIANGULAÇÃO COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO

Gráfico 2 - Produção por estágio do ciclo (1980–2020)

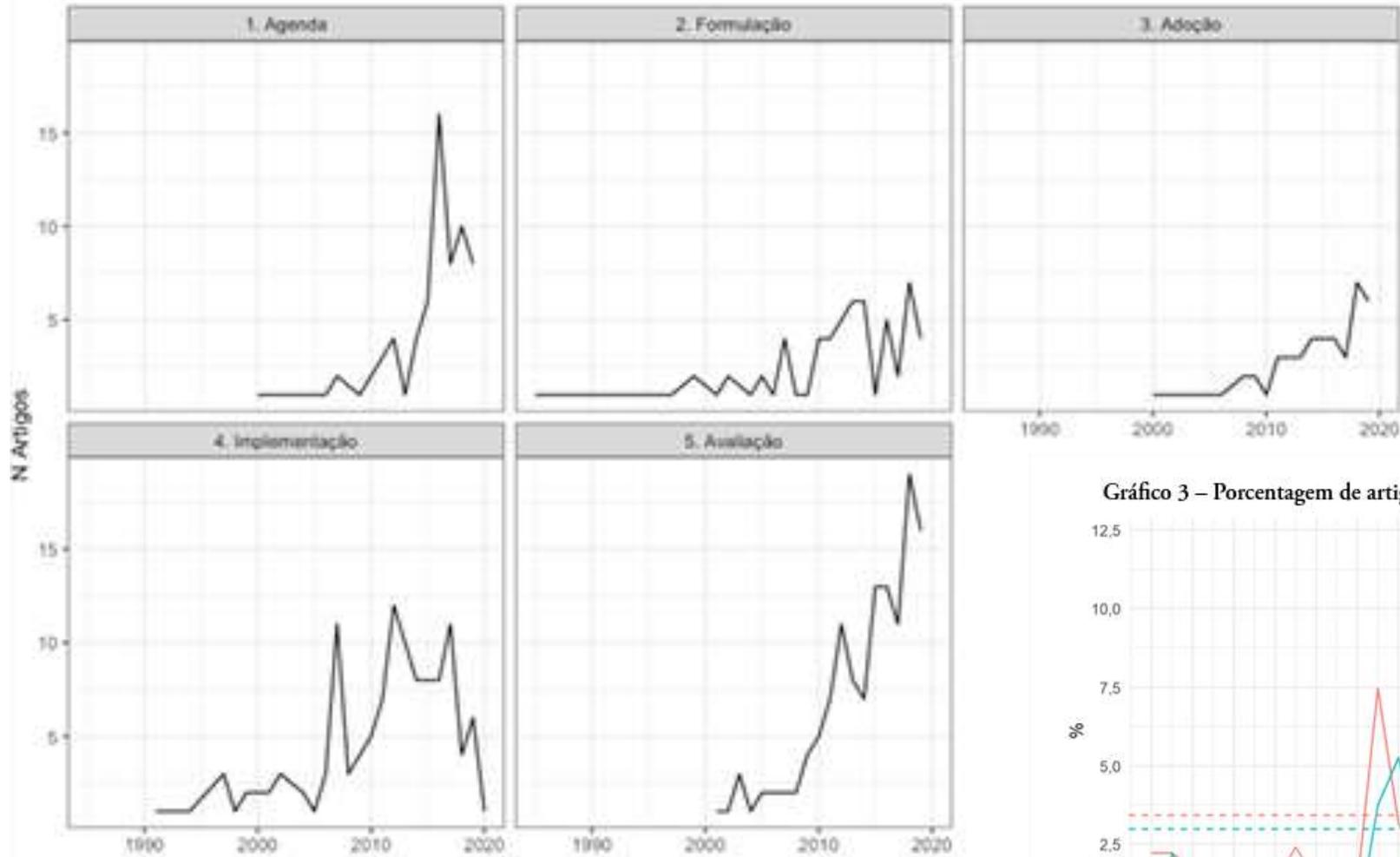


Gráfico 3 – Porcentagem de artigos com menções por tipo de técnica.



Fonte: Banco de dados de pesquisa

Curso auto-instrucional ItauSocial



Minicursos introdutórios para a disciplina

Item postado em 8 de ago.

Caso se interesse, há dois minicursos que introduzem conceitos básicos de Monitoramento e Avaliação, desenvolvidos pelo ItauSocial. São gratuitos e de acesso público.



Monitoramento analítico ...
<https://polo.org.br/monitorame>



Avaliação sistêmica - Pol...
<https://polo.org.br/monitorame>

[Ver material](#)

<https://polo.org.br/>

Referências básicas



38 REVISTA AVAL

✓ Avaliação de Programas Sociais em uma perspectiva sistêmica, plural e progressista: conceitos, tipologias e etapas¹

Paulo de Martino Jannuzzi²

Resumo: A Avaliação de políticas e programas desenvolveu-se historicamente como campo tecnocientífico vinculado ao ritmo e demandas de informação qualificada para Políticas Públicas. Na América Latina tal desenvolvimento é bem mais recente que no contexto de países centrais, tendo ocorrido nos últimos 30 a 40 anos. Mais recentemente, nos últimos 15 anos, visões mais multidisciplinares (na interpretação das problemáticas sociais), ecléticas (em metodologias de investigação) e plurais (em valores e critérios avaliativos) têm sido propostas na condução de Avaliações de Políticas, programas e projetos na região. Este texto procura contribuir para fortalecimento desse campo tecnopolítico contra-hegemônico de Avaliação, ao sistematizar conceitos e técnicas a partir da experiência prática de conduzir avaliações orientadas a subsidiar diretamente à gestão de políticas e programas públicos no Brasil. Em diferentes seções, são apresentados conceitos, tipologias de Avaliação e as várias etapas para especificação de um estudo avaliativo.

Palavras-chave: Avaliação de Programas; Técnicas de avaliação; Etapas de pesquisa

<http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61649>

✓ A implementação no centro da Avaliação de Políticas Públicas¹

Paulo de Martino Jannuzzi²

Resumo: Com a ampliação de escopo e escala das Políticas Públicas desde a Constituição Federal de 1988, o campo de avaliação vem se consolidando em diferentes contextos institucionais no país. Em que pese os avanços na produção de conhecimento na área, há certo descontentamento acerca do papel e uso de avaliação. Este texto procura trazer subsídios para mitigar a frustração de gestores e avaliadores com a avaliação de programas e/ou sua apropriação no processo decisório, especialmente no contexto desafiador de estruturação de políticas públicas no Brasil. O texto inicia-se com uma discussão sobre a complexidade e estágio de maturidade das Políticas Públicas no Brasil. Passa-se então à exposição da necessidade de uma perspectiva sistêmica de avaliação e, em seguida, de colocar a implementação no centro das preocupações com a Avaliação. Finaliza-se advogando-se pelo uso de critérios abrangentes e republicanos na apreciação de mérito das políticas e programas no país.

Palavras-chave: Avaliação, abordagem sistêmica, Políticas Públicas, Implementação

<http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/42837>

PONTO DE VISTA

Sobre o conceito de políticas públicas

<https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2022/Sobre-o-conceito-de-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas>

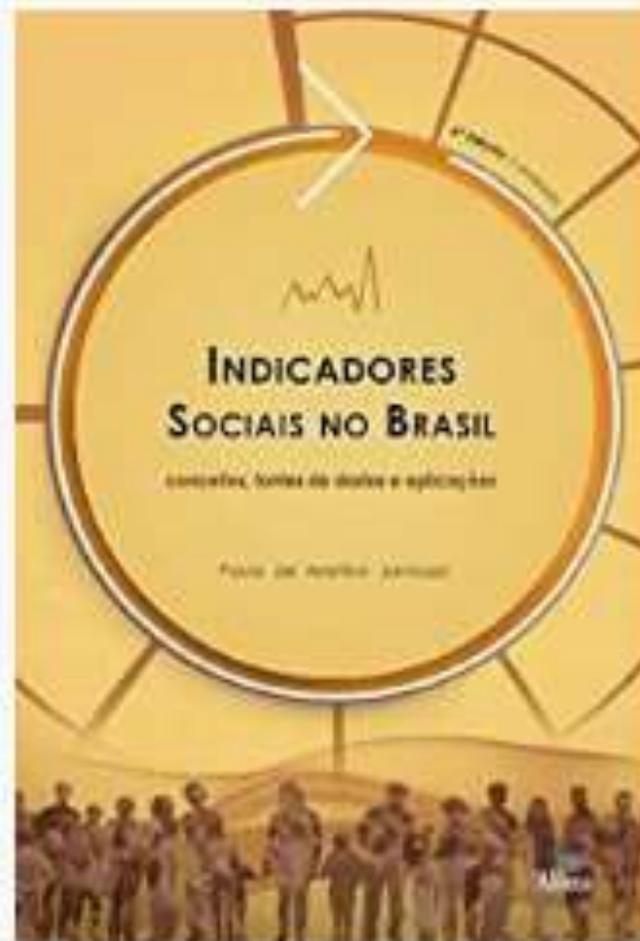


<https://pp.nexojournal.COM.br/ponto-de-vista/2020/Relev%C3%A2ncia-e-sustentabilidade-dimens%C3%B5es-esquecidas-na-avalia%C3%A7%C3%A3o-de-programas-sociais>

PONTO DE VISTA

Mobilidade social no Brasil: da ascensão ao descenso sócio-ocupacional em 5 anos

<https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2022/Mobilidade-social-no-Brasil-da-ascens%C3%A3o-ao-descenso-s%C3%B3cio-ocupacional-em-5-anos>



Editora Alínea (no Google)

Obrigado !!



Paulo Jannuzzi